



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Câmpus de Marília

JULIA MARIANO GAVIOLI

**ATUAÇÃO DO CONSELHO DE SEGURANÇA (CSNU) NA GUERRA
CIVIL DA SÍRIA**

Marília
2024

JULIA MARIANO GAVIOLI

**ATUAÇÃO DO CONSELHO DE SEGURANÇA (CSNU) NA GUERRA
CIVIL DA SÍRIA**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Relações internacionais, junto ao Conselho de Curso de Bacharelado em Relações internacionais, da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de Marília.

Orientador: Prof.^a Dr. Noemia Ramos Vieira

Marília
2024

G283a

Gavioli, Julia Mariano

Atuação do Conselho de Segurança (CSNU) na Guerra Civil Da Síria / Julia Mariano Gavioli. -- Marília, 2024

62 p. : il., tabs., mapas

Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado - Relações Internacionais) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília

Orientadora: Noemia Ramos Vieira

1. Segurança Internacional. 2. Crise Humanitária. 3. Disputa de poder. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

JULIA MARIANO GAVIOLI

**ATUAÇÃO DO CONSELHO DE SEGURANÇA (CSNU) NA GUERRA
CIVIL DA SÍRIA**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Conselho de Curso de Relações Internacionais, da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista - UNESP, Campus de Marília, para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Banca Examinadora

Prof.^a. Dr^a. Noemia Ramos Vieira
UNESP – Campus de Marília
Orientador

Prof. Dr. Theo Peixoto Scudellari
UNESP – Campus de Marília

Prof. Dr. Nicole Tricarico
UNESP – Campus de Marília

Marília, 30 de julho de 2024

“[...] o mundo era grande. Mas tudo ainda era muito maior quando a gente ouvia contada, a narração dos outros, de volta de viagens.”

João Guimarães Rosa (1972, p. 124)

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo explicar o contexto da guerra civil na Síria e o envolvimento do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) nesse conflito. O CSNU, por ser um dos principais órgãos responsáveis pela Segurança Internacional e pela manutenção da paz entre os Estados, aprovou diversas declarações que condenam o uso abusivo de violência contra os civis e contra os atentados aos Direitos Humanos. Contudo, nenhuma ação efetiva foi tomada para colocar fim ao conflito.

Isso tem como uma das causas a divergência de valores e de interesse entre os países membros do Conselho, como, por exemplo, Rússia e EUA. Rússia defende que o conflito deve ser solucionado sem a interferência de outros países, de forma que o governo sírio defina uma solução interna para a guerra civil. Já os EUA condenam as ações do governo Sírio e defende a transição política no país, com a saída do governo de Assad.

Para explicar este contexto, o método escolhido foi o dedutivo-explicativo, pois busca-se, através do levantamento de dados, mostrar, de modo objetivo e pragmático, qual o desdobramento da situação e as perspectivas futuras para a solução efetiva do conflito. Partiu-se de premissas e hipóteses gerais aceitas como verdadeiras e, a partir dessas premissas foi explicado fenômenos específicos, deduzindo conclusões.

A conclusão deste trabalho foi que, dada a diversidade dos atores envolvidos, torna-se difícil alcançar uma solução rápida que atenda às reivindicações do governo sírio e da população síria. Diante desse desafio, o papel do CSNU é essencial para promover o diálogo entre as partes conflituosas e propor soluções. Contudo, sua atuação nem sempre acaba sendo eficaz da maneira que deveria.

Palavras-chave: CSNU. Guerra civil. Organizações. Síria. Conflito.

RÉSUMÉ

Ce travail a comme finalité à présenter une discussion sur le contexte de la guerre civile en Syrie, son évolution et comme le Conseil de Sécurité de la Nations Unies (CSNU) a agi ou n'a agi pas face cette situation, puisqu'il s'agit d'un des principaux organismes responsables pour la sécurité internationale et pour la manutention de la paix entre les États. Pour cela, la méthode utilisée était la déductive, parce qu'il cherche à travers de la recherche d'information, montrer, de façon objective et pragmatique, quel était le résultat de la situation et les perspectives pour la solution effective du conflit. Au fil du travail, il est possible de comprendre que, à cause de la diversité des acteurs dans le conflit, il rend difficile de formuler une solution effective qui répond aux revendications du gouvernement syrien et de la population syrienne. Face à ce défi, la fonction du Conseil de Sécurité est essentielle pour promouvoir le dialogue entre les parties conflictuelles et proposer des solutions. Pourtant, son action n'est pas toujours efficace de la manière qu'elle devrait.

Mots-clés : CSNU, Guerre civile, Organisations, Syrie, conflit.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1– Disputa do território sírio	18
Figura 2– Mapa da diversidade étnica no território sírio.....	20
Figura 3 - Áreas de influência de grupos na Síria	24
Figura 4- Forças militares da OTAN e dos Estados Unidos ao redor da Síria	25
Figura 5 - Aliados do governo e da oposição no Oriente	27
Figura 6 - Posição militar na Síria	28
Figura 7– Assistência humanitária na Síria	31
Figura 8 - Presença da UNHCR na Síria.....	32
Figura 9 - Objetivos da agenda para a paz	48
Figura 10 - Posição geográfica estratégica das bases das bases de Tartus (naval) e de Latakia (área) para a Rússia	52
Figura 11 - Bases militares russas na Síria	53
Figura 12 – Definição da UNSMIS	55
Figura 13 - Resolução 2059	56
Gráfico 1 - Grupos étnico-religiosos da Síria (2011)	20
Gráfico 2 – Número total de membros da ONU (vertical) e anos de ingresso de novos membros (horizontal)	37

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Doações para ajuda humanitária na Síria (2013).....	29
Tabela 2 - Doações para ajuda humanitária na Síria (2014).....	30
Tabela 3 – Organização das Nações Unidas	45
Tabela 4 - Resoluções aprovadas no CSNU sobre a Guerra Civil síria (2012-2022)	50
Tabela 5 - Resoluções aprovadas no CSNU sobre a Guerra civil síria (2012-2022).	51

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACNUDH	Alto-comissariado de Direitos Humanos das Nações Unidas
ACNUR	Alto-comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
AGNU	Assembleia Geral
CIJ	Corte Internacional de Justiça
CNS	Conselho Nacional Sírio
CSNU	Conselho de segurança das Nações Unidas
ECOSOC	Conselho Econômico e Social
ISIS	Estado Islâmico
NATO	North Atlantic Treaty Organization
OCX	Organização de Cooperação de Xangai
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
RAU	República Árabe Unida
SCR	Security Council Reports
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UNSC	Conselho de Segurança das Nações Unidas
UNSMIS	United Nations Supervision Mission in Syria
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 A importância do tema	14
1.2 Objetivo geral.....	15
1.2.2 Objetivos específicos	15
1.2.3 Metodologia.....	15
2 CONJUNTURA DA GUERRA CIVIL DA SÍRIA.....	17
2.1 Envolvimentos de outros agentes do Plano Internacional	22
2.1.2 Os aliados do Governo e a oposição	23
2.1.3 Ajuda humanitária	29
3 CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS.....	34
3.1 Origens da ONU	34
3.2 Paz e segurança internacionais (Capítulo VI – Solução pacífica de controvérsias)	38
3.3 Ação relativa a ameaças à paz, rupturas de paz e atos de agressão.....	40
3.4 Atuação do Conselho de Segurança das Nações Unidas	45
3.5 Operações de paz da ONU.....	46
3.6 Ações do CSNU na Síria	48
4 CONCLUSÃO	57
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	59

1 INTRODUÇÃO

A guerra civil na Síria, iniciada em 2011, teve como motivação a Primavera Árabe, que ocorreu no Oriente Médio e no Norte da África (Aguilar, 2014). Segundo Lucena (2017), essa onda revolucionária se iniciou devido ao grande desprezo e repressão dos regimes de Mubarak no Egito, Ben Ali na Turquia e Kadhafi na Líbia. Ademais, foi um período marcado por altas nos preços globais de energia e alimento, o que contribuiu para o aumento da pobreza nesses países, que já era alta. Assim, como as condições de vida estavam precárias em praticamente toda a região árabe, os protestos acabaram “transbordando” para outras áreas como a Síria, o que possibilitou o aumento do descontentamento com Assad, governo de décadas (ACNUR Brasil, 2022).

No início do conflito sírio, entre 2011 e 2012, ocorreu uma série de manifestações populares, violentamente reprimidas pelo governo sírio. (Zreik, 2019). Silva e Ferreira (2017) apontam que o embate tem com um de seus agravantes a disputa entre o governo e oposição, engajada pela saída de Bashar al-Saad do poder.

O grupo de Assad, os Alauítas, representa a minoria da população síria, formada em sua maioria por sunitas (80%). Para Lucena (2017), um dos fatores que explica esta situação é a política colonial francesa, que buscou enfraquecer a unidade árabe durante seu domínio no Oriente Médio. Ademais, o governo de Assad impõe restrições às liberdades civis e violentas repressões àqueles que não seguem ordens do regime.

O avanço do conflito gerou o aumento da participação de potências internacionais na guerra civil da Síria, como os EUA, Rússia, Turquia e China, fazendo que o conflito mudasse de perspectiva, passando a envolver interesses geopolíticos distintos, que não necessariamente são os mesmos da população síria, dificultando uma solução para a crise. Turquia, Arábia Saudita e Estados Unidos apoiavam os grupos de oposição. Já Rússia e Irã, por exemplo, defendiam o governo de Assad (Buzetto, 2019). O envolvimento de diferentes atores não tem como causa, necessariamente, o conflito Sírio, mas a região árabe, rica em petróleo.

Conforme aponta Lucena (2017), o envolvimento de potências estrangeiras no enfrentamento acaba propulsando o surgimento de diferentes grupos armados

com interesses distintos. Porém, diante da proporção que a guerra da Síria tem apresentado, não é possível determinar todos os envolvidos, pois, muitas vezes o suporte logístico, militar e financeiro dos países ocorre de maneira “indireta” (Aguilar, 2014).

Ademais, por ter deslocado mais de cinco milhões de civis de origem síria, o confronto sírio gerou uma crise mundial de refugiados. Trata-se de um grande problema humanitário com repercussões até nos dias atuais e sem solução, mesmo havendo relatos de diversas violações aos direitos humanos, como torturas, assassinatos e crimes (ACNUR Brasil, 2022). Os refugiados se instalam, principalmente, nas fronteiras de países europeus, pois nem todos têm autorização para entrar.

Diante de interesses antagônicos dos Estados, a Organização das Nações Unidas (ONU) ainda não conseguiu tomar uma decisão definitiva para resolver o conflito (Aguilar, 2014). Conseqüentemente, o Conselho de segurança das Nações Unidas (CSNU) ainda não interveio de forma direta na guerra civil da Síria, apesar de existirem resoluções que determinam a instauração de missões na região como, por exemplo, a resolução 2043 de 2012. A United Nations Supervision Mission in Syria (UNSMIS) norma estabeleceu norma para uma missão de supervisão em que haveria a disposição de até 300 militares desarmados, e seria responsável por monitorar o cessar-fogo na região (Ferreira; Silva 2023).

Porém, resoluções mais “assertivas” geralmente são vetadas por algum membro do Conselho, impedindo possíveis atos de deliberar um possível fim ao conflito e à crise humanitária. Logo, o órgão se encontra paralisado diante da oposição entre os membros.

1.1 A importância do tema

Tratando-se de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), apresentado para a obtenção do título de Bacharel em Relações internacionais, verifica-se que o tema é de grande importância, pois retrata uma das maiores guerras civis da história, com deslocamento de milhões de pessoas e uma crise de refugiados sem precedentes.

Logo, compreender o impacto que este embate tem gerado no mundo contemporâneo e seus quase infinitos desdobramentos permite ao bacharel em

Relações Internacionais entender a maneira como as organizações internacionais agem perante uma guerra, e quais os mecanismos por elas utilizados para tentar garantir a paz na região e diminuir o sofrimento dos civis.

É possível compreender também como os Estados agem fora do âmbito das organizações internacionais para tentar solucionar o conflito. Isto é, quais são as parcerias que eles formam com outros agentes públicos e privados para propor uma solução conjunta.

1.2 Objetivo geral

Compreender a atuação do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) na guerra civil síria a partir de conflitos de interesse e impasses para uma intervenção militar.

1.2.2 Objetivos específicos

1.2.2.1 Descrever a conjuntura da guerra civil da Síria

1.2.2.2 Identificar os objetivos e a finalidade do CSNU

1.2.2.3 Analisar de que forma o Conselho de Segurança é usado como órgão de repercussão dos interesses de seus países membros

1.2.3 Metodologia

Para encontrar a metodologia do trabalho, se realizou, inicialmente, uma leitura bibliográfica sobre temas relacionados ao assunto, consultados em livros, artigos, documentos oficiais até entrevistas de alguns autores que se dedicaram a analisá-lo e realizar sua sistematização.

Metodologia é o estudo da organização, dos caminhos a serem percorridos para realizar uma pesquisa ou um estudo, ou para se fazer ciência (Gerhardt; Silveira, 2009). A metodologia analisa mais que apenas métodos e técnicas. Isto é, busca validar o processo do estudo escolhido para se alcançar o objetivo da pesquisa.

Com isso, o método adotado para esse trabalho é o dedutivo, pois procura-se confirmar a hipótese discutida. O raciocínio dedutivo tem o objetivo de explicar o conteúdo das premissas. Por intermédio de um encadeamento de raciocínios e propostas, de análise do geral para o particular, é possível alcançar uma solução ao problema.

Usa o silogismo (construção lógica) para, a partir de duas premissas, chegar a uma terceira que decorre de maneira lógica das duas primeiras, denominada de conclusão. Desenvolve-se uma estrutura conceitual e teórica, testada pela observação empírica. Parte-se de princípios reconhecidos como verdadeiros e indiscutíveis, possibilitando chegar a conclusões de maneira puramente formal, devido à sua lógica.

2 CONJUNTURA DA GUERRA CIVIL DA SÍRIA

Para compreender o início da guerra civil síria, é necessário analisar sua história, desde, basicamente, a independência do Estado Sírio e sua formação como Estado. A Síria se tornou independente em 1946, e desentendimentos étnicos, religiosos e políticos foram variáveis constantes neste processo de consolidação da soberania do Estado Sírio (Ferreira; Silva, 2023).

Pode-se afirmar que esses conflitos de interesse foram resultados do colonialismo francês, constituído para enfraquecer a unidade árabe. Uma dessas tentativas foi a formação do acordo Sykes-Picot, assinado em maio de 1916 na Primeira Guerra Mundial (Gonzaga, 2017). Trata-se de um acordo secreto entre Reino Unido, representado por Sykes, e França, figurada por Picot, cujo objetivo principal era definir as esferas de influência do Oriente Médio diante do enfraquecimento do Império Otomano.

Entre os interesses das potências com esse acordo estavam o acesso ao petróleo e o controle do Canal de Suez. Inglaterra teria o comando da Jordânia e Iraque. Já a França teria sob sua gerência a Síria, o Líbano e o Norte do Iraque (Gonzaga, 2017).

Figura 1– Disputa do território sírio



Fonte: Palestinian Academic Society for the Study of International Affairs (2002).

Além disso, houve a instalação de um governo composto por um grupo que representava a minoria étnica da população (alauítas) para governar uma região formada majoritariamente por sunitas. Este acordo formou novas fronteiras, ignorando a divisão cultural e étnica da população (Gonzaga, 2017). A guerra civil da Síria envolveu outros grupos, tanto civis, quanto políticos. Contudo, diante da grande proporção que a conflagração tomou, não é possível determinar com precisão todos os atuantes, até porque há, de maneira indireta, a participação de potências externas.

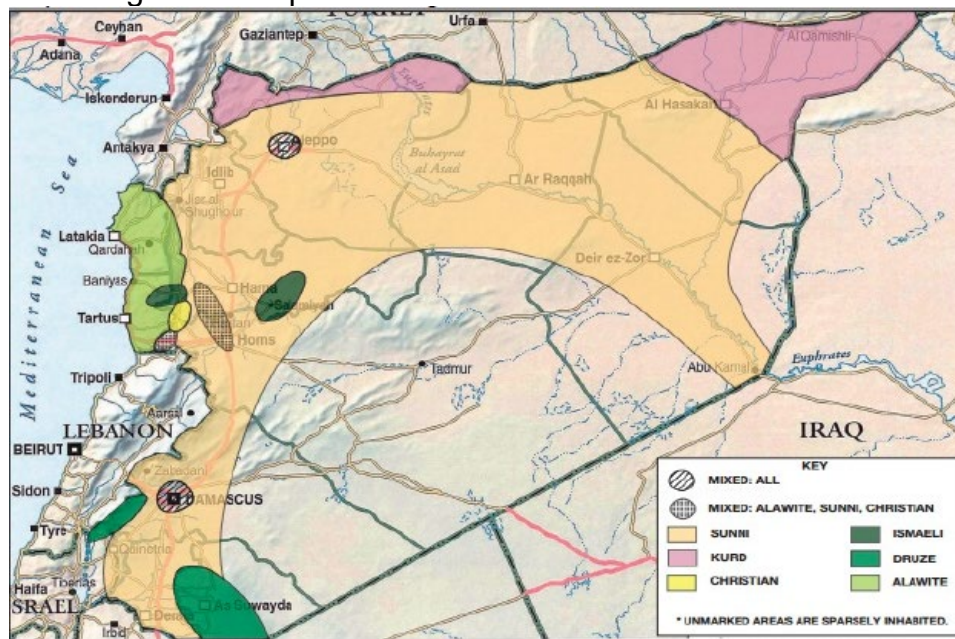
Neste contexto de guerra fria (1950-1970), a Síria se localizou mais na órbita de influência da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Com o aumento da influência do panarabismo, movimento criado pelo presidente egípcio Gamal Abdel Nasser, com defesa para a união dos países árabes, em 1958, Síria e Egito chegaram

a anunciar a criação da República Árabe Unida (RAU), que durou, contudo, apenas três anos. A Síria saiu em meados de 1960 (Gonzaga, 2017).

Pela instabilidade política predominante no país há décadas, em 1971 foi instaurada a ditadura de Hafez al-Assad, que governou a Síria até 2000. Em seu governo, aconteceu a ligação com o partido Baath e militares, assim como a bruta repressão de seus opositores (Guimarães; Carvalho, 2017). No plano Internacional, Hafez foi aliado ao governo russo. Em 2000, após a morte de Hafez al Assad, Bashar al-Assad assumiu representando o grupo alaúita.

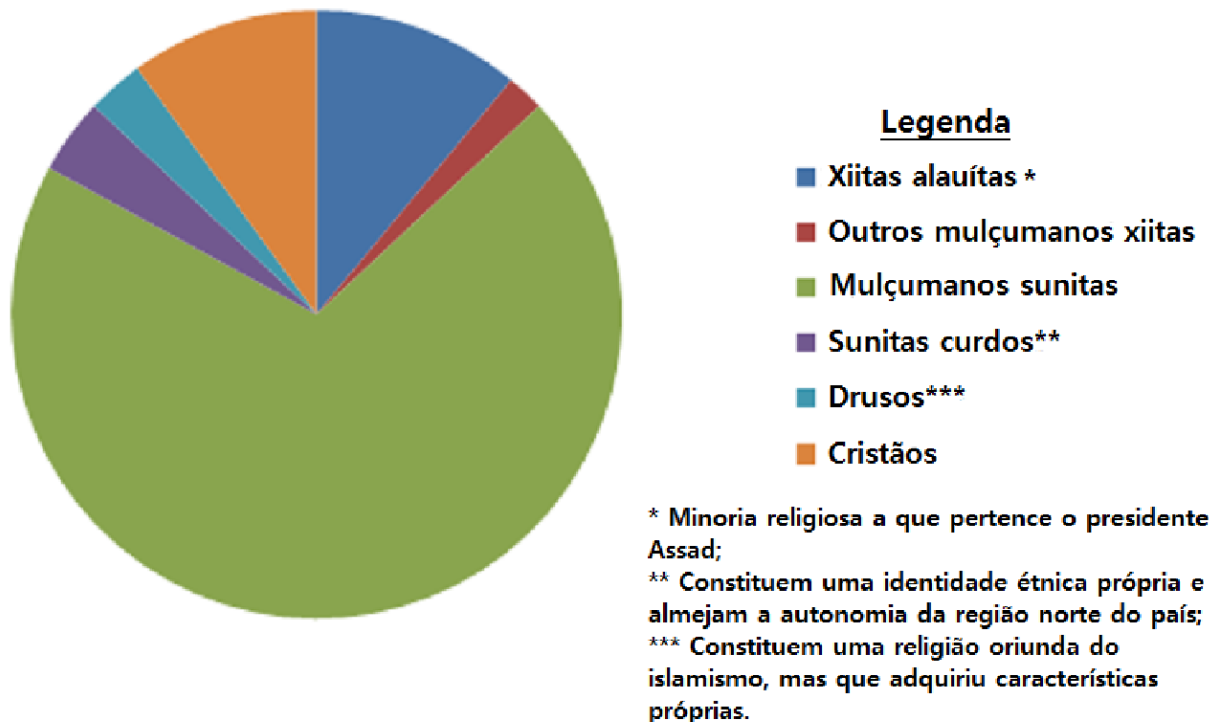
O regime do atual presidente sírio impôs restrições às liberdades civis e reprimiu aqueles que não obedecessem às regras da regência. Neste contexto de violência e altos níveis de desemprego, somado com o Estado de emergência que se instaurou na Síria desde 1962, o descontentamento popular contra o governo sírio aumentou, e com a Primavera Árabe, em 2011, momento em que houve protestos contra governos em vários países do Oriente Médio, a guerra civil Síria eclodiu. A diversidade étnica e religiosa foram os maiores agravantes do conflito sírio.

Figura 2– Mapa da diversidade étnica no território sírio



Fonte: Lucena (2017).

Gráfico 1 - Grupos étnico-religiosos da Síria (2011)



Fonte: Lucena (2017).

Desde sua origem até o início do entreviro, em 2011, o território sírio é formado pela diversidade étnica e religiosa (Furtado; Roder; Aguilar, 2014). A Síria conseguiu sua independência depois das eleições de 1943, mas somente após dois anos que

um governo independente foi estabelecido (Bentes; Neves; Lobato, 2018). Sob nova governança, os territórios alauítas e drusos foram unidos com regiões majoritariamente sunitas. Assim, a Síria é formada de etnias socialmente heterogêneas (Fildis, 2012).

No início do conflito, parte dos militares do exército sírio negava posicionamento contra a população de origem, logo, juntamente com civis, criaram o Exército Livre da Síria, com objetivo lutar contra as ações violentas do governo e proteger o povo (Aguilar, 2014). Este exército obteve apoio de países europeus e do governo americano. Apesar disso, em 2012 os confrontos na Síria começaram a se intensificar e a envolver atores internacionais. Logo, a Cruz Vermelha caracterizou os conflitos na Síria como uma guerra civil.

De acordo com Aguilar (2014), após várias declarações do Conselho de Segurança para que ocorresse o fim da violência da Síria e o desrespeito aos direitos humanos, foi instaurada, em 2012, por meio da resolução 2042, uma missão de observação com 30 militares para avaliar o cessar-fogo e a retirada de armas civis. No mesmo ano, foi implementada a resolução 2043, que seria uma missão de supervisão composta por 300 observadores militares, com objetivo de pôr em prática a proposta de seis pontos do enviado especial conjunto das Nações Unidas. A ordem era a retirada de armas pesadas e tropas de centros populacionais, o fim de toda violência armada sob supervisão das Nações Unidas e o livre acesso de assistência humanitária a todos (UN, 2021).

Com isso, investigações referentes a crimes de guerra começaram a ocorrer, aplicando medidas do direito humanitário. Tanto as forças militares que apoiam Assad quanto os grupos de oposição foram acusados de infringir os direitos humanos (Aguilar, 2014).

Com a participação de extremistas islâmicos, como a Frente al-Nusra e o Estado Islâmico (ISIS) do Iraque e Síria, o conflito foi agravado. Depois de 2014, o ISIS ocupou diversas regiões na Síria, o que fez que Rússia, Estados Unidos e Turquia lançassem operações para recuperar esses territórios (Silva; Silva, 2018).

Até o segundo semestre de 2015, mais da metade do estado sírio e iraquiano estava sob domínio deste grupo, marcado por ações violentas que obriga os cidadãos de determinado território a se converterem ao islamismo, de acordo com a Lei Charia. Além das mortes, mais de quatro milhões de pessoas se tornaram refugiadas,

buscando abrigo principalmente nos países fronteiriços com a Síria ou tomando perigosas rotas para a Europa (Aguilar, 2014).

2.1 Envolvimentos de outros agentes do Plano Internacional

O conflito teve início em 2011, quando as forças do governo detiveram, na cidade de Daraa, um grupo de 20 jovens, após eles grafitarem na parede da escola. Mesmo depois de liberados, as marcas de tortura desencadearam mais protestos no mesmo ano (Soares, 2018).

Logo, nesta conjuntura de ataques contra civis e intensa repressão, os atos se fortaleceram e se espalharam por todo o país no decorrer dos meses seguintes. O presidente, Bashar Al Assad, anunciou medidas conciliatórias para tentar acabar com as revoltas, como por exemplo a libertação de presos políticos e o fim do estado de emergência, que já durava por quase 50 anos (Aguilar, 2014). Contudo, as manifestações, além de continuarem, ganharam mais força, pois não se tratava mais apenas de um movimento contra as políticas do governo, mas sim contra o próprio governo – que, em reação, enviou tanques do exército para as cidades de Daraa, Baniyas, Homs e subúrbios de Damasco a fim de oprimir os rebeldes.

Neste momento, diante do alto número de mortes e da intensificação do conflito, os EUA e a União Europeia condenaram as repressões e impuseram severas sanções ao governo sírio. Além das represálias ocidentais, a Liga Árabe propôs um plano de paz que foi rejeitado por Assad (Aguilar, 2014).

Em abril de 2013, com o agravamento da crise humanitária, Barack Obama, presidente dos EUA, autorizou o treinamento de rebeldes sírios pela CIA, mas o programa não foi adiante (VOX, 2014). Nesse contexto, os EUA também tentaram negociar com os países do Golfo Pérsico a pararem de financiar extremistas na região síria, mas não obtiveram resultados efetivos. Com o aumento da violência, o secretário geral da ONU, Ban Ki Moon, condenou o uso da violência pelo governo sírio, a União Europeia (UE) impôs embargos às importações de petróleo da Síria, e a Liga Árabe, composta por vinte e dois países da África e do Oriente Médio, em 2011, determinou outras sanções econômicas à Síria e decidiu, por meio de uma votação, remover o país da liga (Aguilar, 2014).

Contudo, há países que apoiam Bashar al-Assad, como por exemplo China e Rússia, com a afirmação de que o conflito deve ser solucionado internamente, sem a

interferência de Estados estrangeiros (Ferreira; Silva 2023). Além disso, a China busca expandir sua influência econômica na região, principalmente por meio do mercado de *commodities*. As relações com a Síria também permitem a Pequim ter presença no Oriente Médio e estabelecer novos acordos com outros países (Nahlawi, 2019).

2.1.2 Os aliados do Governo e a oposição

É possível inferir alguns dos estados apoiadores e opositores ao governo sírio. Contudo, pelo fato de o conflito envolver interesses de estados e grupos étnico-religiosos diferentes, não é possível identificar, com precisão, todos os aliados ou os estados de oposição ao Assad, muito menos o momento em que eles começaram a apoiar ou sancionar o governo.

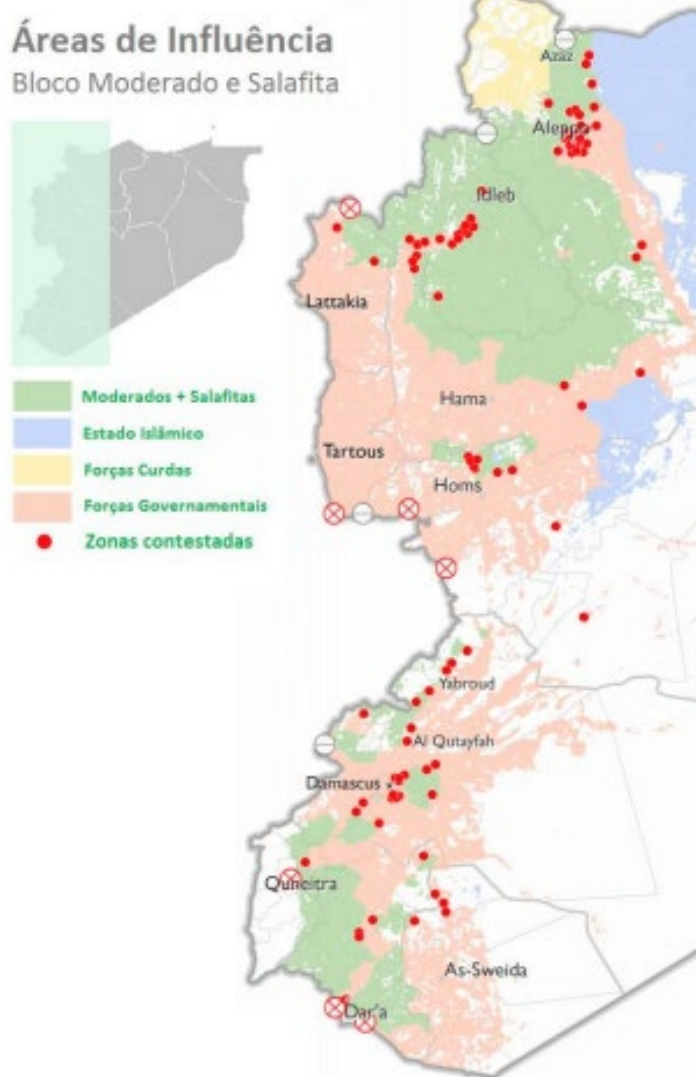
Entre os estados regionais que se envolveram no conflito, destacam-se: Turquia, Irã, Iraque e Arábia Saudita. Irã disponibilizou recursos econômicos e militares a Síria, pois além de ser um de seus aliados na região, é fundamental para manter equilíbrio regional frente à Arábia Saudita e Israel (Tabrizi; Pantucci, 2017). Apesar do Iraque não ter declarado apoio oficial ao Assad, há certa proximidade entre os governos, que são xiitas, havendo indícios de colaboração entre eles na luta contra o Estado Islâmico (Aguilar, 2014).

Síria também contou com o apoio do grupo Hezbollah, força islâmica xiita com organização política e militar. O interesse dessa organização política e paramilitar fundamentalista está em proteger suas rotas de fornecimento de armas e garantir suas alianças estratégicas na região (Silva; Ferreira, 2022). Há outros grupos islâmicos de origem sunita que contam com a ajuda de países de maioria sunita, pró-Occidente, como a Arábia Saudita, Kuwait e o Catar, além dos curdos, habitantes do norte do país. Também há outros que não seguem uma orientação específica religiosa, como o Conselho Nacional Sírio (CNS), e aqueles que não são originais do território sírio, como o Estado Islâmico (Silva; Ferreira, 2023).

A Arábia Saudita buscou retirar Bashar al-Asaad do poder. Uma das estratégias que usou para isso foi patrocinar grupos de oposição (Silva; Ferreira 2023). Esse contexto é marcado pela tensão entre Irã e Arábia Saudita, visto que Irã é xiita e possui relações com a Rússia, e Arábia Saudita é uma monarquia e tem o apoio dos EUA

(Furtado; Roder; Aguilar, 2014). Isso explica parte das constantes tensões geopolíticas do Oriente Médio.

Figura 3 - Áreas de influência de grupos na Síria

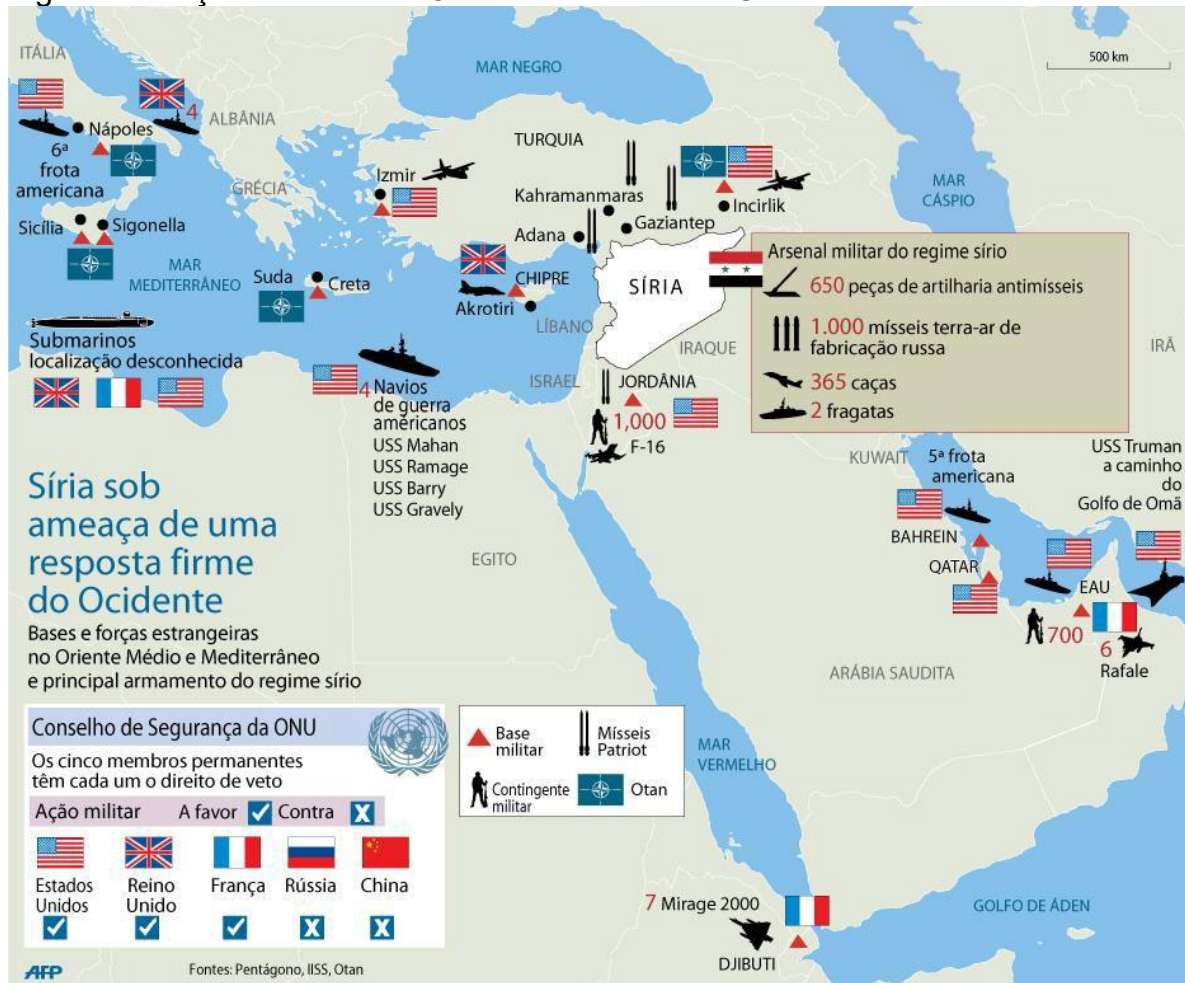


Fonte: Coelho (2020).

Por meio do mapa, é possível perceber que a região síria é controlada por diferentes grupos, o que gera uma fraca coerência interna, pois os devidos grupos possuem objetivos e ideias muitas vezes divergentes, assim como diferentes meios de conseguir alcançar suas devidas metas.

Nota-se que a maior parte do território é controlada pelo governo sírio, seguido pelos curdos e posteriormente o Estado islâmico. As regiões marcadas como zonas contestadas são objeto de disputas entre os diferentes grupos, podendo aumentar o conflito na região.

Figura 4- Forças militares da OTAN e dos Estados Unidos ao redor da Síria



Fonte: International Institute for Strategic Studies. Disponível em: <https://www.terra.com.br/>. Acesso em: 04 maio. 2024.

O mapa acima mostra a participação americana na região do Oriente Médio, assim como a participação da OTAN. Nota-se que os contingentes e bases militares se concentram, de certa maneira, próximas da região síria. Ao apoiar o governo sírio, a Rússia utiliza discurso do respeito ao governo, legalmente instituído, e a defesa de uma via negociada para solucionar o conflito, ao invés da deposição do regime de Assad pela força das armas e da interferência de outros Estados (Ferreira; Silva, 2023).

O Irã, de maioria xiita, é o principal apoiador do regime de Assad, enviando à Síria armas e tropas, além de visitas técnicas e diplomáticas (Aguilar, 2014). O Irã, membro observador da Organização de Cooperação de Xangai (OCX), ¹busca se

¹ A Organização de Cooperação de Xangai (OCX) é uma organização intergovernamental fundada em 2001, com o objetivo principal de promover a cooperação política, econômica e de segurança entre seus Estados-membros. Originalmente criada por China, Rússia, Cazaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão e Uzbequistão, a OCX

aproximar, estrategicamente, da Rússia e China, como forma de dissuadir militarmente os Estados Unidos e Israel. Já o grupo terrorista Hezbollah, ator não estatal, de origem libanesa, é financiado pela Síria e pelo Irã, e atua contra os governos de origem sunita, como a Arábia Saudita e o Bahrein.

Já os países de oposição ao governo sírio são aqueles de maioria sunita, contra o predomínio xiita iraniano na região, como a Arábia Saudita, Kuwait, Bahrein, Catar, Turquia e Emirados Árabes, além das potências ocidentais: EUA, França e Reino Unido (Ferreira; Silva, 2023).

Além de tentar derrubar o regime de Assad, esses países também estão agindo para enfraquecer os grupos de oposição dentro de seus próprios territórios. Um dos casos emblemáticos é o do Bahrein, governado por uma monarquia absolutista sunita e aliada do Ocidente - contando, inclusive, com uma base norte-americana em seu território.

Já a Turquia, país de maioria sunita, tem como principal motivo de seu envolvimento no conflito sírio a disputa por um espaço de liderança no mundo muçulmano e a segurança em sua fronteira ao sul com a Síria, habitada em grande parte pelos curdos, que almejam a autonomia da região e constituem um problema geopolítico no interior da Turquia, assim como no Iraque (Ferreira; Silva, 2023). Os curdos se localizam ao Norte da Síria, região fronteira com a Síria (Aguilar, 2014). Ademais, como membro da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), a Turquia é um território estratégico para as potências ocidentais agirem na Síria (Aguilar, 2014).

Já os EUA se posicionam contra o governo de Bashar Al Assad, acusando a Síria de atentar gravemente contra os direitos humanos, e condena as ações agressivas em respostas às manifestações, gerando um alto número de mortos e refugiados. Além disso, Washington impôs sanções contra a Síria e procurou diminuir a atuação de grupos extremistas religiosos no território sírio por meio de ataques pontuais contra organizações como o Estado Islâmico (Guimarães; Carvalho, 2017), assim como ao fornecimento de equipamentos para eles. Posteriormente, no final de 2014, Washington propôs um novo plano de treinamento, mas desta vez com foco apenas no combate ao Estado Islâmico.

expandiu-se ao longo dos anos e agora inclui também a Índia, o Paquistão e o Irã, com várias outras nações interessadas em aderir como membros ou parceiros de diálogo. (Britannica, 2024)

França e Reino Unido compartilham da mesma visão dos EUA e atuam através da NATO (North Atlantic Treaty Organization, também OTAN - Organização do Tratado do Atlântico Norte) e da ONU, por exemplo, como objetivo de realizar negociações para o fim do conflito, e enviam ajuda humanitária às regiões que precisam de ajuda. (Guimarães; Carvalho, 2017)

Figura 5 - Aliados do governo e da oposição no Oriente

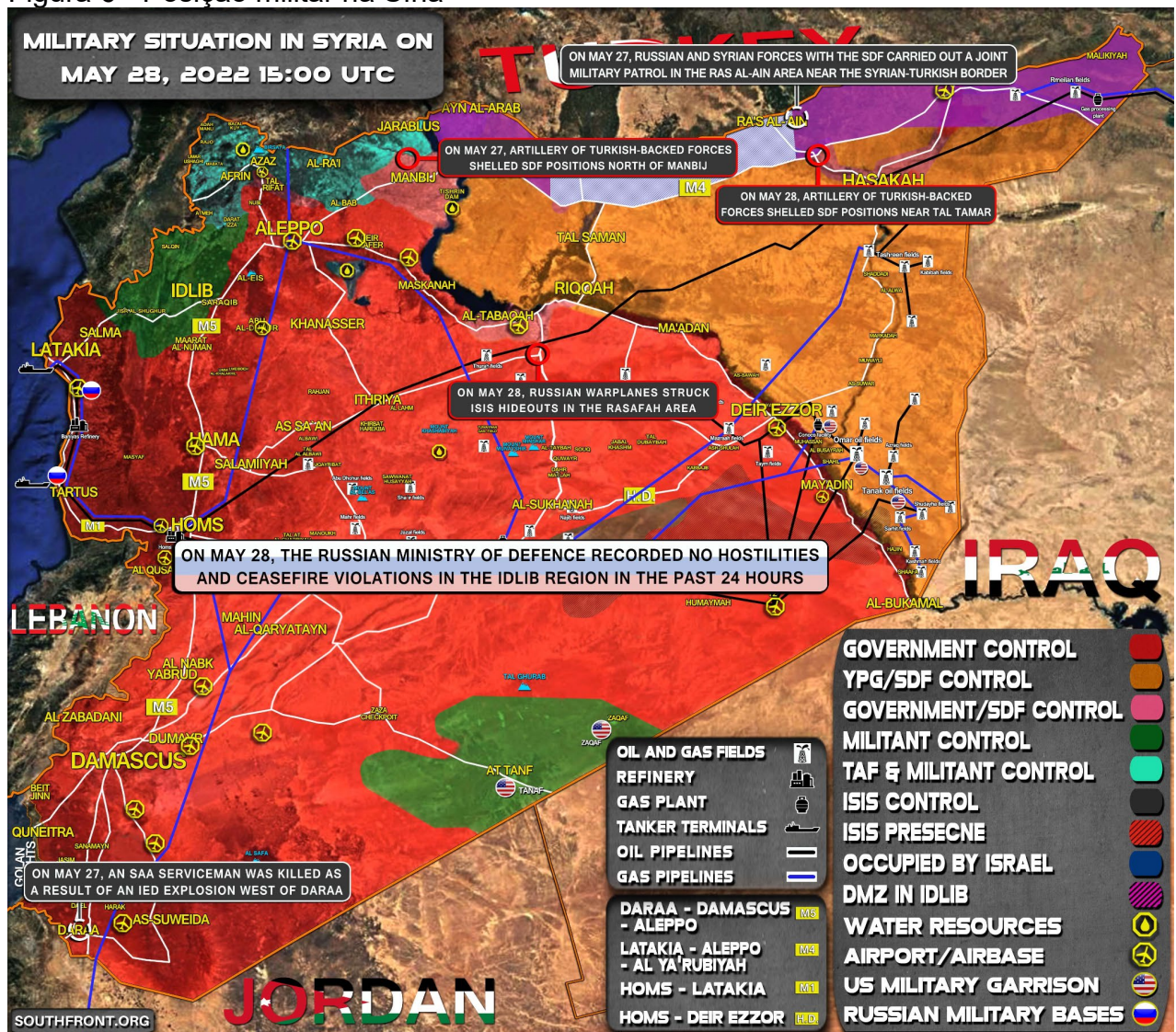


Fonte: Lucena (2017). Disponível em: <http://www.realp.unb.br/jspui/handle/10482/31598?locale=fr>. Acesso em: 04 maio. 2024.

Com o mapa, é evidente que a Síria está cercada mais por oponentes ao governo de Assad - isto é, países que apoiam o governo de oposição, mas não seus aliados.

De certa forma, isso não necessariamente dificulta o regime de Assad, pois potências como a Rússia conseguem enviar os suprimentos que o governo necessita para se manter no poder.

Figura 6 - Posição militar na Síria



Fonte: South Front. Disponível em: <https://southfront.press/>. Acesso em: 02 junho. 2023.

Já o mapa acima mostra o posicionamento das forças militares do governo sírio e das bases de segurança dos EUA, da Rússia, além das fontes de recursos naturais. Com essas informações, é possível perceber que a conjuntura da guerra civil da síria, dada as disposições territoriais dos agentes envolvidos, é extremamente delicada, dado que as divergências entre as potências não são apenas sobre a legitimidade do governo e o respeito em relação aos direitos humanos, mas também há disputas

geopolíticas pelo acesso aos recursos naturais, como o gás natural, o que torna a atuação do CSNU e a negociação de uma decisão ainda mais difícil (Aguilar, 2014).

Ademais, nota-se que o posicionamento das bases militares norte-americanas e russas se localizam próximas de áreas ricas em oleodutos de gás e óleos. Isso se explica por questões de interesse geopolíticos, ou seja, ao controlar e ter acesso a regiões ricas em minérios, EUA e Rússia conseguem garantir que seus interesses estratégicos econômicos e políticos serão atendidos, podendo utilizar esses recursos para aumentar seu poder de influência e barganha na região do Oriente Médio como um todo, mas também nas negociações de solução pacífica de controvérsia (Aguilar, 2014).

A China também tem ambições energéticas e econômicas na região do Oriente Médio, além de buscar diminuir o poder norte-americano na região. Para conseguir esse objetivo, Pequim tem formado coalizões, principalmente em organizações multilaterais, como ONU. Assim, a aliança entre Moscou e Pequim busca restringir a expansão de Washington no Oriente Médio (Chaziza, 2014).

2.1.3 Ajuda humanitária

Tabela 1 - Doações para ajuda humanitária na Síria (2013)

País	Doações feitas (em US\$)
EUA	1,1 bilhão
União Europeia	585 milhões
Reino Unido	413 milhões
Alemanha	331 milhões
Japão	122 milhões

Fonte: Lucena (2017). Disponível em: <http://www.realp.unb.br/jspui/handle/10482/31598?locale=fr>. Acesso em: 20 agosto. 2023.

Tabela 2 - Doações para ajuda humanitária na Síria (2014)

Países	Doações (em US\$)
Alemanha	207 milhões
Japão	120 milhões
Itália	51,3 milhões
México	2 milhões
Brasil	300 mil

Fonte: Lucena (2017). Disponível em: <http://www.realp.unb.br/jspui/handle/10482/31598?locale=fr>. Acesso em: 20 agosto. 2023.

Nota-se que, no início do conflito, as potências ocidentais forneciam grande quantidade de recursos financeiros para ajudar na questão humanitária da Síria, sendo que, com o passar dos anos, essa ajuda vem diminuindo gradativamente, e países em desenvolvimento, como o Brasil e o México, têm aumentado suas contribuições (Aguilar, 2014). Isso se deve às prioridades e aos desdobramentos domésticos de cada Estado, de acordo com o governo de cada momento. Em 2018, quando Donald Trump assumiu a presidência dos EUA, a política norte-americana passou a visar os interesses prioritários dos EUA, não enfatizando, por exemplo, questões multilaterais ou humanitárias, e o empenho de Washington no conflito sírio diminuiu durante seu mandato (Phillips, 2019).

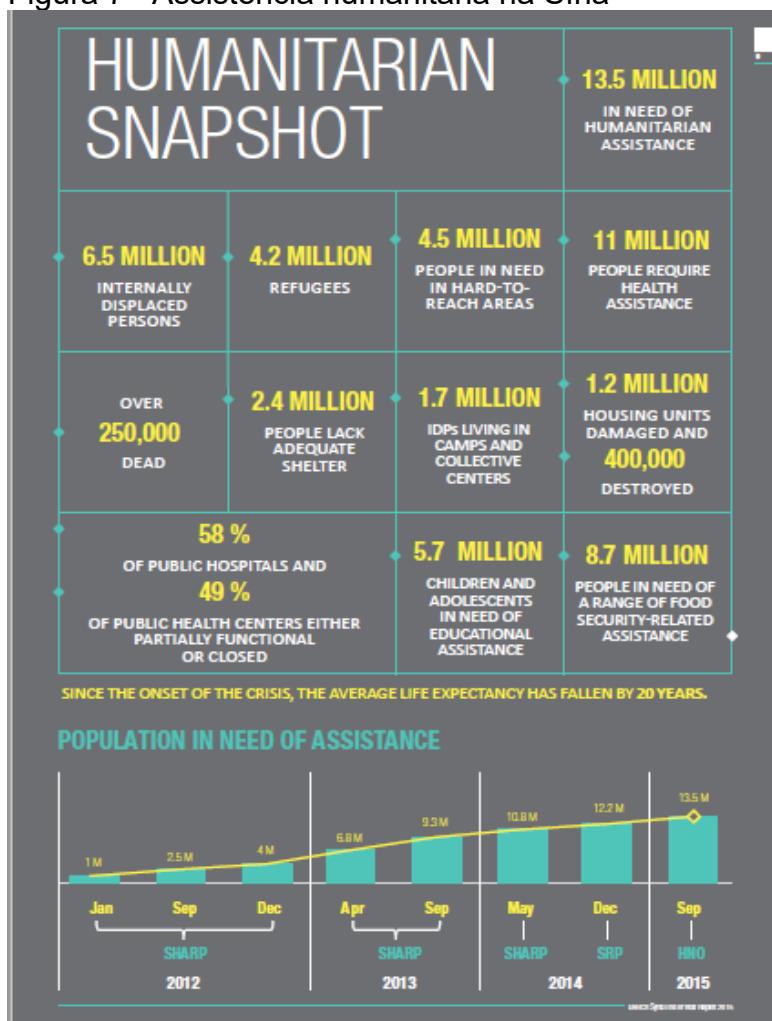
É importante destacar que, além de alguns países estarem oferecendo recursos financeiros e humanitários para tentar diminuir os efeitos da guerra da Síria, organizações internacionais, como a Alto-comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), também desempenham papel importante em ajudar os civis que sofrem as consequências do conflito (Aguilar, 2014). O Alto-comissariado de direitos humanos das Nações Unidas (ACNUDH) aponta para que cerca de 350 mil mortes aconteceram ao longo de 10 anos do conflito, além de mais de 13 milhões de deslocados (UN, 2021).

Em 2013, a ACNUR fez um grande esforço para devolver documentos de identificação aos refugiados.

Trabalhando 24 horas por dia, os funcionários do ACNUR na Jordânia têm reunido centenas de milhares de documentos preciosos, às vezes danificados, desde julho. Seu objetivo: devolver os papéis aos seus proprietários sírios, que entregaram os documentos sobre a fuga de sua pátria agredida (ACNUR, 2013).

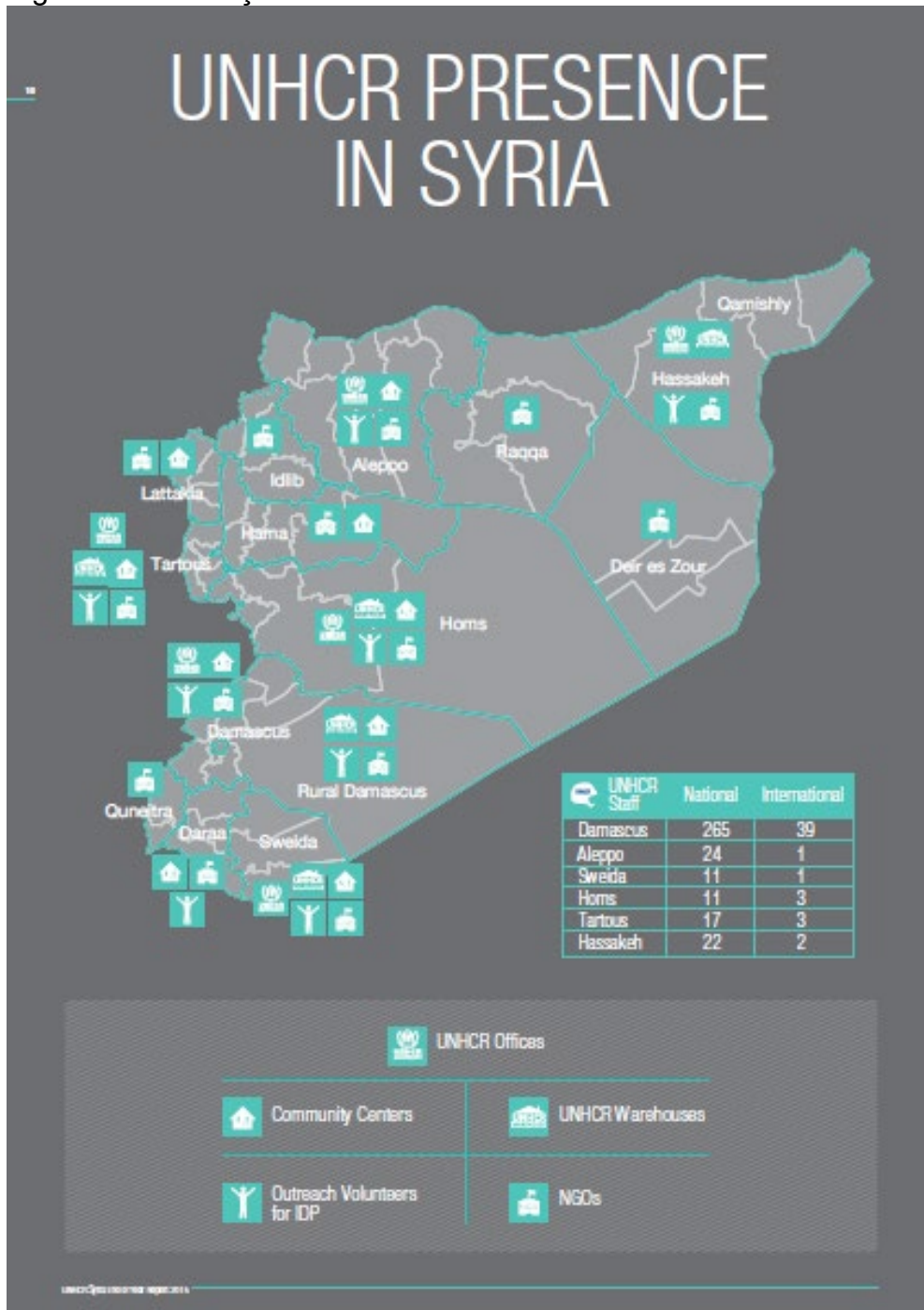
Conforme o conflito se intensificava, a emigração de cidadãos da Síria só aumentava, e o sistema de registro e arquivamento não conseguia administrar a quantidade de documentação (Aguilar, 2014). Ademais, muitos sírios perderam sua documentação, o que tornava a identificação de pessoas mais difícil. Logo, países como a Jordânia começaram a aceitar qualquer tipo de documento oferecido pelos refugiados (Ferreira; Silva, 2023). Esse problema é apenas um exemplo das diversas dificuldades enfrentadas pelos sírios.

Figura 7– Assistência humanitária na Síria



Fonte: ACNUR Síria: Relatório anual 2015. Disponível em: <<https://www.unhcr.org/news/editorial/2016/2/56cad5a99/unhcr-syria-2015-end-of-year-report.html?query=Syria>>. Acesso em: 15 abril. 2023.

Figura 8 - Presença da UNHCR na Síria



Fonte: ACNUR Síria: Relatório anual 2015. Disponível em: <https://www.unhcr.org/news/editorial/2016/2/56cad5a99/unhcr-syria-2015-end-of-year-report.html?query=Syria>. Acesso em: 15 abril. 2023.

Conforme as informações do gráfico, é notório que, além do aumento de migrações forçadas, a expectativa de natalidade da população síria diminuiu em 20 anos e os cidadãos em necessidade de assistência têm aumentado exponencialmente desde 2012.

Com isso, percebe-se que o ACNUR tem atuado de maneira completa no território sírio para atender as necessidades daqueles que mais precisam de ajuda, isto é, de pessoas que perderam familiares e bens na guerra, e busca garantir que aqueles que cruzam a fronteira tenham os recursos para fazê-lo. Há instalações de bases de segurança humanitária em diversas regiões sírias, como Damasco e Aleppo, por exemplo, além da atuação em áreas rurais (UN, 2021). Mesmo com esse esforço, cerca de 14,6 milhões de pessoas precisam de ajuda humanitária (ACNUR, 2022).

3 CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS

3.1 Origens da ONU

Em junho de 1941, Londres foi a sede de nove governos exilados pela Segunda Guerra Mundial. A capital britânica já havia experimentado 22 meses de guerra. No dia 12 de junho de 1941, por meio da declaração do palácio de St. James, diversos governos reafirmaram sua fé na paz e esboçaram o futuro pós-guerra. Foram eles: Reino-Unido, Canadá, Austrália, Nova Zelândia, União Sul-Africana, Tchecoslováquia, Grécia, Austrália, Nova Zelândia, Noruega, Polônia, Iugoslávia e o General de Gaulle (UN, 2021).

No dia 14 de agosto de 1941, foi publicada a Carta do Atlântico, mais um passo para o estabelecimento de uma organização mundial, sendo os proponentes principais Churchill e Roosevelt (Aguilar, 2014). Em janeiro de 1942, representantes de 26 países que lutavam contra o eixo Roma-Berlim-Tóquio decidiram apoiar a declaração das Nações Unidas. Entre os signatários originários estão, além dos anteriores, URSS, China, Índia e alguns países centro-americanos; aderiram posteriormente: México, Etiópia, Brasil, Irã, Colômbia, Chile, Equador, França, Turquia, Egito, Arábia Saudita, Síria e Líbano (UN,2021).

Em 1943, os marcos principais foram as conferências de Moscou e Teerã. Nestes anos, todas as principais nações aliadas estavam comprometidas com a vitória e, posteriormente, com uma tentativa de criar um mundo fundamentado na paz e na segurança internacionais. Em 1944 e 1945, propostas foram elaboradas nos encontros de Dumbarton Oaks e Yalta (Aguilar, 2014).

A Carta das Nações Unidas foi elaborada pelos representantes de 50 países presentes na Conferência sobre Organização Internacional, que se reuniu em São Francisco, de 25 de abril a 26 de junho de 1945. No último dia da conferência, a carta foi assinada pelos apoiadores. A Polônia, também membro original da ONU, assinou o documento seis meses depois. Entrou em vigor em 24 de outubro daquele ano, após

ratificação pela maioria dos signatários, incluindo os P5. Nota-se que o Estatuto da Corte Internacional de Justiça é parte integrante da Carta (UN, 2021).

NÓS, OS POVOS DAS NAÇÕES UNIDAS, RESOLVIDOS a preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra, que por duas vezes, no espaço da nossa vida, trouxe sofrimentos indizíveis à humanidade, e a reafirmar a fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor do ser humano, na igualdade de direito dos homens e das mulheres, assim como das nações grandes e pequenas, e a estabelecer condições sob as quais a justiça e o respeito às obrigações decorrentes de tratados e de outras fontes do direito internacional possam ser mantidos, e a promover o progresso social e melhores condições de vida dentro de uma liberdade ampla.

E PARA TAIS FINS, praticar a tolerância e viver em paz, uns com os outros, como bons vizinhos, e unir as nossas forças para manter a paz e a segurança internacionais, e a garantir, pela aceitação de princípios e a instituição dos métodos, que a força armada não será usada a não ser no interesse comum, a empregar um mecanismo internacional para promover o progresso econômico e social de todos os povos. RESOLVEMOS CONJUGAR NOSSOS ESFORÇOS PARA A CONSECUÇÃO DESSES OBJETIVOS. Em vista disso, nossos respectivos Governos, por intermédio de representantes reunidos na cidade de São Francisco, depois de exibirem seus plenos poderes, que foram achados em boa e devida forma, concordaram com a presente Carta das Nações Unidas e estabelecem, por meio dela, uma organização internacional que será conhecida pelo nome de Nações Unidas. (Carta da ONU, preâmbulo, 1945).

Logo, é compreendido que a ONU foi criada tendo como um de seus princípios o respeito à soberania dos Estados. Com base em ideias realistas, que afirmam que se a soberania do Estado for ameaçada, os Estados reagiram para proteger seu *status quo*. No caso da Liga das Nações, eles se afastaram, e aos poucos ela foi sendo esvaziada. Porém, ao mesmo tempo, tinha como base ideias “parlamentares/kantianas” de garantir a paz, e segurança a todos (UN, 2021).

Com base na Carta das Nações Unidas de 1945, a ONU possui seis órgãos principais, que são:

- Assembleia Geral (AGNU): todos os Estados membros têm assento e cada membro tem direito a um voto, sem distinções. Atualmente, a ONU tem 193 Estados membros e dois Estados observadores não-membros: Palestina e Santa Sé, com direito a participar de reuniões, mas não ao voto (UN, 2021).

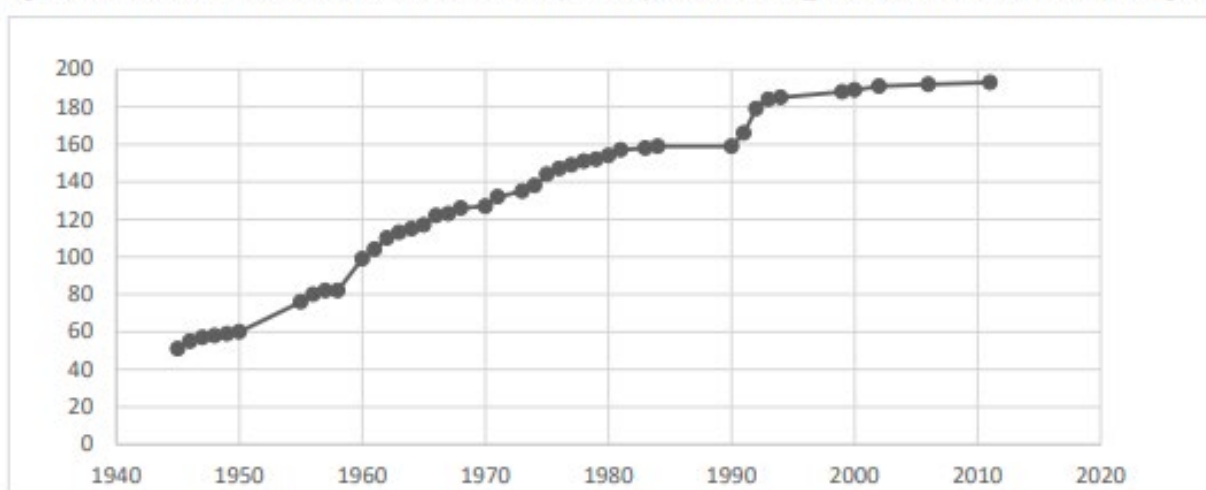
- Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU): principal órgão responsável pela organização da manutenção da paz (UN, 2021).
- Conselho de Tutela: inicialmente era formado pelos P5 (EUA, China, França, Reino Unido e Rússia), por outros membros que administravam territórios tutelados e os eleitos pela AGNU para mandato de três anos. Porém, com a descolonização e as independências, o Conselho de Tutela está inativo desde 1994 (UN, 2021).
- Conselho Econômico e Social (ECOSOC): composto por 54 membros rotativos, eleitos para mandato de três anos, com a possibilidade de renovação. É de competência do ECOSOC analisar situações de âmbito econômico, social, cultural e de direitos humanos e realizar recomendações à AGNU, aos membros da ONU e às entidades especializadas da ONU (UN, 2021).
- Corte Internacional de Justiça (CIJ): é o principal órgão judiciário da ONU, formado por quinze juízes, de atuação independente de suas nacionalidades. Os juízes são eleitos pela AGNU e pelo CSNU para mandato de 9 anos, podendo ser renovado (UN, 2021).
- Secretariado: liderado pelo secretário-geral das Nações Unidas, indicado pela AGNU, mediante recomendação do CSNU. A Carta da ONU não determina a duração do mandato do secretariado, mas, por costume, o mandato dos secretários tem tido duração de cinco anos, sendo renovado apenas uma vez. Entre suas funções, destacam-se: a possibilidade de avisar o CSNU para qualquer assunto que possa ameaçar a manutenção da paz e a segurança internacionais (UN, 2021).

A admissão de novos membros está “aberta a todos os Estados amantes da paz que aceitarem as obrigações contidas na Carta das Nações Unidas e que, a juízo da Organização, estiverem aptos e dispostos a cumprirem tais obrigações.” (Art. 41, Carta das Nações Unidas) (UN, 2021).

É importante entender que a admissão de novos membros é efetuada através de decisão da AGNU, mediante recomendação do CSNU. Assim, durante o período de descolonização em 1960 e com o fim da guerra, houve aumento no número de membros da ONU, de 51 para 193 no total (UN, 2021).

Gráfico 2 – Número total de membros da ONU (vertical) e anos de ingresso de novos membros (horizontal)

Gráfico 1: Número total de membros da ONU (vertical) e anos de ingresso de novos membros (horizontal).



Fonte: UNRIC. Disponível em: <https://unric.org/pt/quais-sao-os-membros-do-conselho-de-seguranca-da-onu-e-como-sao-eleitos/>. Acesso em: 26 setembro. 2023

No capítulo 1, que trata de propósitos e princípios, o artigo 2, parágrafo terceiro afirma que: “todos os membros deverão resolver suas controvérsias internacionais por meios pacíficos, de modo que não sejam ameaçados a paz, a segurança e a justiça internacionais”. Assim, a coordenação e a cooperação de esforços para garantir estabilidade política, econômica, social e cultural são princípios substanciais da carta da ONU.

Já o art.2, parágrafo sétimo afirma que:

Nenhum dispositivo da presente Carta autorizará as Nações Unidas, a intervirem em assuntos internos que dependam essencialmente da jurisdição de qualquer Estado ou obrigará os membros a submeterem tais assuntos a uma solução, nos termos da presente Carta; este princípio, porém, não prejudicará a aplicação das medidas coercitivas constantes no capítulo VII (Art.2, parágrafo sétimo, Carta da ONU, 1945).

3.2 Paz e segurança internacionais (Capítulo VI – Solução pacífica de controvérsias)

Artigo 33. 1. As partes em uma controvérsia, que possa vir a constituir uma ameaça à paz e à segurança internacionais, procurarão, antes de tudo, chegar a uma solução por negociação, inquérito, mediação, conciliação, arbitragem, solução judicial, recurso a entidades ou acordos regionais, ou a qualquer outro meio pacífico à sua escolha (Cap. VI, Carta da ONU, 1945).

Com isso, percebe-se que, de acordo com o Art.33.1, caso aconteça um conflito, antes de acionar o CSNU, os envolvidos irão primeiramente tentar solucioná-lo por intermédio de meios pacíficos, sem o uso de ameaças ou qualquer outro instrumento que possa colocar as negociações de paz em risco.

Conforme o capítulo VI.2: “O Conselho de Segurança convida, quando julgar necessário, as referidas partes a resolver, por tais meios, suas controvérsias.”

Caso a negociação de paz fazendo uso de meios pacíficos não apresentar resultados, então o CSNU poderá convocar as partes para uma reunião, propondo medidas para a solução de controvérsia.

Artigo 34. O Conselho de Segurança poderá investigar sobre qualquer controvérsia ou situação suscetível de provocar atritos entre as Nações ou dar origem a uma controvérsia, a fim de determinar se a continuação de tal controvérsia ou situação pode constituir ameaça à manutenção da paz e da segurança internacionais (Cap. VI, Carta da ONU, 1945).

Ademais, antes mesmo de uma controvérsia começar, o CSNU poderá analisar a conjuntura internacional e verificar se há possibilidades de um novo conflito surgir; se houver, o Conselho irá, se os membros concordarem, tomar providências para prevenir que um novo conflito comece (UN, 2021).

Artigo 35. 1. Qualquer membro das Nações Unidas poderá solicitar a atenção do Conselho de Segurança ou da Assembleia Geral para qualquer controvérsia, ou qualquer situação, da natureza das que se acham previstas no Artigo 34 (Cap. VI, Carta da ONU, 1945).

Além de o CSNU verificar o cenário internacional, os próprios países, membros das Nações Unidas, poderão avisar o CSNU sobre suposto conflito que pode desencadear (UN, 2021). Dessa forma, o Conselho pode averiguar se há ou não perigo de um conflito.

2. Um Estado que não for Membro das Nações Unidas poderá solicitar a atenção do Conselho de Segurança ou da Assembleia Geral para qualquer controvérsia em que seja parte, uma vez que aceite, previamente, em relação a essa controvérsia, as obrigações de solução pacífica previstas na presente Carta.

Artigo 36. 1. O Conselho de Segurança poderá, em qualquer fase de uma controvérsia da natureza a que se refere o Artigo 33, ou de uma situação de natureza semelhante, recomendar procedimentos ou métodos de solução apropriados (Cap. VI, Carta da ONU, 1945).

Essa ação se realizou quando, em meados de 2011, teve início uma onda de protestos no Norte da África e na Síria. O CSNU analisou o caso, enviando observadores e contando com o apoio de suas agências na região, assim como o apoio de agências humanitárias. Houve recomendações para que as revoltas não aumentassem, bem como certa comoção de outros Estados, que publicaram suas preocupações com o ocorrido por meio de meios oficiais (Aguilar, 2014).

3. Ao fazer recomendações, de acordo com este Artigo, o Conselho de Segurança deverá tomar em consideração que as controvérsias de caráter jurídico devem, em regra geral, ser submetidas pelas partes à Corte Internacional de Justiça, de acordo com os dispositivos do Estatuto da Corte (Cap. VI, Carta da ONU, 1945).

Caso a controvérsia tenha caráter jurídico, o CSNU poderá submeter as questões à Corte Internacional de Justiça (CIJ). Sendo necessário, contudo, que os envolvidos façam parte da jurisdição da CIJ.

Artigo 37. 1. No caso em que as partes em controvérsia da natureza a que se refere o Artigo 33 não conseguirem resolvê-la pelos meios indicados no mesmo Artigo, deverão submetê-la ao Conselho de Segurança (Cap. VI, Carta da ONU, 1945).

Se, mesmo com as recomendações do CSNU, as partes não resolverem o conflito, este poderá ser submetido ao CSNU para resolvê-lo.

2. O Conselho de Segurança, caso julgue que a continuação dessa controvérsia poderá realmente constituir uma ameaça à manutenção da paz e da segurança internacionais, decidirá sobre a conveniência de agir de acordo com o Artigo 36 ou recomendar as condições que lhe parecerem apropriadas à sua solução (Cap. VI, Carta da ONU, 1945).

Com a intensificação do conflito na Síria, o CSNU enviou, em 2013, um grupo de observadores para formularem um relatório e propor soluções. Contudo, não houve sucesso.

3.3 Ação relativa a ameaças à paz, rupturas de paz e atos de agressão

Artigo 39. O Conselho de Segurança determinará a existência de qualquer ameaça à paz, ruptura da paz ou ato de agressão, e fará recomendações ou decidirá que medidas deverão ser tomadas de acordo com os Artigos 41 e 42, a fim de manter ou restabelecer a paz e a segurança internacionais (Cap. VII, Carta da ONU, 1945).

Diferentemente do Capítulo VI, que propõe medidas para solucionar conflitos de maneira pacífica, o Capítulo VII prevê medidas mais ativas de como acabar com a conflagração.

Conforme dispõe o Art. 40, para evitar o agravamento da situação, o Conselho de Segurança das Nações Unidas poderá realizar, primeiramente, recomendações ou propor às partes que aceitam as medidas provisórias do CSNU, sendo que tais propostas não esgotam nem prejudicam os envolvidos no conflito a alcançarem outra solução para sua controvérsia.

Artigo 41. O Conselho de Segurança decidirá sobre as medidas que, sem envolver o emprego de forças armadas, deverão ser tomadas para tornar efetivas suas decisões e poderá convidar os Membros das Nações Unidas a aplicarem tais medidas. Estas poderão incluir a interrupção completa ou parcial das relações econômicas, dos meios de comunicação ferroviários, marítimos, aéreos, postais, telegráficos, radiofônicos, ou de outra qualquer espécie e o rompimento das relações diplomáticas (Cap. VII, Carta da ONU, 1945).

Assim, nota-se que o Art.41 propõe medidas que, apesar de não envolver forças armadas, possuem caráter mais coercitivo, como a interrupção de relações diplomáticas ou econômicas. Tais providências serão aplicadas quando as propostas de resolução de paz não tiverem êxito.

Artigo 42. No caso de o Conselho de Segurança considerar que as medidas previstas no Artigo 41 seriam ou demonstraram que são inadequadas, poderá levar a efeito, por meio de forças aéreas, navais ou terrestres, a ação que julgar necessária para manter ou restabelecer a paz e a segurança internacionais. Tal ação poderá compreender demonstrações, bloqueios e outras operações, por parte das forças aéreas, navais ou terrestres dos membros das Nações Unidas (Cap. VII, Carta da ONU, 1945).

A aplicação do Art. 42 prevê de modo mais explícito o uso de forças armadas, sendo necessário ou a concordância dos cinco membros permanentes do CSNU ou a ausência de veto. Ademais, tal ação precisa ser averiguada pelos membros, pois os militares serão enviados pelos Estados-membros.

Artigo 43. 1. Todos os Membros das Nações Unidas, a fim de contribuir para a manutenção da paz e da segurança internacionais, se comprometem a proporcionar ao Conselho de Segurança, a seu pedido e de conformidade com o acordo ou acordos especiais, forças armadas, assistência e facilidades, inclusive direitos de passagem, necessários à manutenção da paz e da segurança internacionais (Cap. VII, Carta da ONU, 1945).

Assim, esses acordos irão determinar o número e tipo das forças, o nível de preparação e sua localização geral, bem como a natureza das facilidades e da assistência que serão oferecidas (UN, 2021).

3. O acordo ou acordos serão negociados o mais cedo possível, por iniciativa do Conselho de Segurança. Serão concluídos entre o Conselho de Segurança e Membros da Organização ou entre o Conselho de Segurança e grupos de Membros e submetidos à ratificação, pelos Estados signatários, de conformidade com seus respectivos processos constitucionais (Cap. VII, Carta da ONU, 1945).

Nota-se no Art. 43 que as forças armadas são emprestadas à ONU pelos países membros. Não se cita nomes dos países que emprestam as forças armadas, navais ou terrestres para realização de operações, justamente para não parecer que a Organização está privilegiando um membro a outro. Contudo, ainda não houve na Síria o envio de uma missão de paz.

Artigo 44. Quando o Conselho de Segurança decidir o emprego de força, deverá, antes de solicitar a um Membro nele não representado o fornecimento de forças armadas em cumprimento das obrigações assumidas em virtude do Artigo 43, convidar o referido Membro, se este assim o desejar, a participar das decisões do Conselho de Segurança relativas ao emprego de contingentes das forças armadas do dito Membro (Cap. VII, Carta da ONU, 1945).

Outro requisito para o emprego de forças armadas é a solicitação a um membro das Nações Unidas, mas que não seja, naquele momento, parte do CSNU, determinado contingente de forças militares. Além disso, o CSNU poderá convidar o

referido país a participar das reuniões do Conselho, que decidirá como as forças armadas do referido membro serão utilizadas (UN, 2021).

Artigo 45. A fim de habilitar as Nações Unidas a tomarem medidas militares urgentes, os Membros das Nações Unidas deverão manter, imediatamente utilizáveis, contingentes das forças aéreas nacionais para a execução combinada de uma ação coercitiva internacional. A potência e o grau de preparação desses contingentes, como os planos de ação combinada, serão determinados pelo Conselho de Segurança com a assistência da Comissão de Estado Maior, dentro dos limites estabelecidos no acordo ou acordos especiais a que se refere o Artigo 43 (Cap. VII, Carta da ONU, 1945).

Ao ser parte da Organização das Nações Unidas e concordar com as obrigações da Carta, os Estados precisam deixar disponíveis para o uso do CSNU determinada contingência de forças armadas. A quantidade de militares e de armas será determinada pelo Conselho de Segurança, assim como o uso desses contingentes (UN, 2021).

Conforme o Artigo 46 do Capítulo VI da Carta da ONU: o Conselho de Segurança, com a assistência da Comissão de Estado Maior, fará planos para a aplicação das forças armadas.

Conforme o 47.1 da Carta da ONU:

Será estabelecida uma Comissão de Estado Maior para orientar e assistir o Conselho de Segurança, em todas as questões relativas às exigências militares do mesmo Conselho, para manutenção da paz e da segurança internacionais, utilização e comando das forças colocadas à sua disposição, regulamentação de armamentos e, possível desarmamento (Cap. VII, Carta da ONU, 1945).

2. A Comissão de Estado Maior será composta dos Chefes de Estado Maior dos Membros Permanentes do Conselho de Segurança ou de seus representantes. Todo Membro das Nações Unidas que não estiver permanentemente representado na Comissão será por esta convidado a tomar parte nos seus trabalhos, sempre que a sua participação for necessária ao eficiente cumprimento das responsabilidades da Comissão (Cap. VII, Carta da ONU, 1945).

Como órgão auxiliar do CSNU, a Comissão do Estado maior será sempre convocada quando houver a decisão de implementar o uso de armas em alguma região conflituosa. Não há uma periodicidade pré-estabelecida entre as reuniões do CSNU e a Comissão (UN, 2021).

3. A Comissão de Estado Maior será responsável, sob a autoridade do Conselho de Segurança, pela direção estratégica de todas as forças armadas postas à disposição do dito Conselho. As questões relativas ao comando dessas forças serão resolvidas ulteriormente (Cap.VII, Carta da ONU, 1945).

De outra maneira, é a Comissão de Estado maior que decide como serão implantadas as forças armadas fornecidas pelos Estados ao Conselho.

Conforme o parágrafo 4 do Capítulo VI da Carta da ONU: “Comissão de Estado Maior, com autorização do Conselho de Segurança e depois de consultar os organismos regionais adequados, poderá estabelecer subcomissões regionais.”

Artigo 48. 1. A ação necessária ao cumprimento das decisões do Conselho de Segurança para manutenção da paz e da segurança internacionais será levada a efeito por todos os Membros das Nações Unidas ou por alguns deles, conforme seja determinado pelo Conselho de Segurança (Cap. VII, Carta da ONU, 1945).

Ao proferir alguma decisão sobre o uso do contingente, os Estados membros das Nações Unidas deverão respeitar tal decisão e deverão tomar providências para que seja implementada (UN, 2021).

Conforme o parágrafo 2 do Capítulo VI da carta da ONU: “essas decisões serão executadas pelos membros das Nações Unidas diretamente e, por seu intermédio, nos organismos internacionais apropriados de que façam parte.”

De acordo com o Artigo 49 do cap. VI da Carta da ONU: “os Membros das Nações Unidas prestar-se-ão assistência mútua para a execução das medidas determinadas pelo Conselho de Segurança”:

Artigo 50. No caso de serem tomadas medidas preventivas ou coercitivas contra um Estado pelo Conselho de Segurança, qualquer outro Estado, Membro ou não das Nações unidas, que se sinta em presença de problemas especiais de natureza econômica, resultantes da execução daquelas medidas, terá o direito de consultar o Conselho de Segurança a respeito da solução de tais problemas (Cap. VII, Carta da ONU, 1945).

Caso o CSNU, ao tomar alguma medida contra um Estado, acabar prejudicando as relações econômicas, comerciais ou diplomáticos de algum outro país, este poderá reunir-se com o CSNU para tratar sobre as más consequências que as medidas preventivas têm causado nas relações bilaterais com o Estado alvo das ações coercitivas (UN, 2021).

Artigo 51. Nada na presente Carta prejudicará o direito inerente de legítima defesa individual ou coletiva no caso de ocorrer um ataque armado contra um Membro das Nações Unidas, até que o Conselho de Segurança tenha tomado as medidas necessárias para a manutenção da paz e da segurança internacionais. As medidas tomadas pelos Membros no exercício desse direito de legítima defesa serão comunicadas imediatamente ao Conselho de Segurança e não deverão, de modo algum, atingir a autoridade e a responsabilidade que a presente Carta atribui ao Conselho para levar a efeito, em qualquer tempo, a ação que julgar necessária à manutenção ou ao restabelecimento da paz e da segurança internacionais (Cap. VII, Carta da ONU, 1945).

Verifica-se que o CSNU não irá impor-se sobre possíveis decisões de resolução pacífica de controvérsia entre os Estados, pois eles são entes soberanos, não havendo nenhuma entidade ou organização que possa se sobrepor a eles. Caso os envolvidos em um conflito cheguem a alguma solução pacífica, eles deverão comunicar o CSNU (Aguilar, 2014).

Além disso, mesmo após as decisões proferidas pelo CSNU, os Estados podem utilizar dos meios legais e que não geram o comprometimento da estabilidade da paz, para sua legítima defesa, assim como a legítima defesa dos cidadãos (UN, 2021).

Tabela 3 – Organização das Nações Unidas

Organização das Nações Unidas		
Órgão	Assembleia Geral	Conselho de Segurança
Participantes	Todos os 193 Estados membros + Estados observadores não membros (sem direito de voto)	5 membros permanentes (“P5”: China, EUA, França, Reino Unido e Rússia) + 10 membros não permanentes (desde a reforma de 1963/1965), com mandatos de 2 anos
Competências	Quaisquer questões ou assuntos relacionados às finalidades da Carta ou às atribuições e funções de qualquer órgão da ONU; indicar o secretário-geral (por recomendação do CSNU); escolher os juizes da CIJ, juntamente com o CSNU; solicitar parecer consultivo da CIJ; escolher os membros não permanentes do CSNU, os membros eleitos do Conselho de Tutela e os membros do ECOSOC, do Conselho de Direitos Humanos e de outros órgãos; decidir, após recomendação do CSNU, sobre a admissão de novos membros e a suspensão ou expulsão de membros; considerar e aprovar o orçamento da ONU	Manutenção da paz e da segurança internacionais; recomendar à AGNU o nome do secretário-geral; escolher os juizes da CIJ, juntamente com a AGNU; solicitar parecer consultivo da CIJ; recomendar à AGNU a admissão de novos membros e a suspensão ou expulsão de membros
Regra geral de votação	“Questões importantes” (<i>art. 18.1</i>): 2/3 Outras questões: maioria simples	Questões processuais: nove votos afirmativos (sem veto); Outras questões: nove votos afirmativos (com veto para os P5)
Natureza geral das resoluções	Recomendações Decisões vinculantes: apenas em matéria orçamentária	Decisões (vinculantes para todos os membros) ou recomendações

Fonte: United Nations. Disponível em: <https://www.un.org/en/about-us/main-bodies#:~:text=The%20main%20bodies%20of%20the,Organization%20was%20founded%20in%201945>. Acesso em 07 outubro. 2023

3.4 Atuação do Conselho de Segurança das Nações Unidas

Trata-se do braço executivo das Nações Unidas’. Ou seja, é o órgão executivo das decisões das Nações Unidas. É composto por cinco membros permanentes e dez rotativos, com mandato de dois anos e a presidência é mensal (UN, 2021).

De acordo com a Carta da ONU (1945), baseadas nos Capítulos VI e VII, as decisões sobre paz e segurança são vinculantes. Uma resolução do CSNU é aprovada se tiver maioria de nove membros dos quinze membros. Um voto negativo de um dos cinco resulta em veto.

Entretanto, a maioria das decisões do Conselho, nos últimos vinte anos, é aprovada por unanimidade. Trata-se de um “mecanismo de ‘consultas informais’”, a portas fechadas (UN, 2021).

Outra característica das atividades do Conselho de Segurança no período pós-Guerra Fria é a expansão da agenda, ou seja, houve inclusão de novos temas no âmbito do órgão. Em 1990, assuntos como tráfico de drogas, aspectos de direitos humanos, combate ao terrorismo e consequência de danos ao meio ambiente ganharam importância. Percebe-se que houve uma securitização de temas internacionais (UN, 2021).

Com base no Art. 48.1 da Carta da ONU, o CSNU já autorizou o emprego de “todos os meios necessários”, inclusive o uso da força militar, por coalizões de países em certas situações já ocorridas, para expulsar a invasão norte-coreana à República da Coreia em 1950; para repelir a invasão do Iraque ao Kuwait, em 1991; para proteger operações humanitárias na Somália em 1992; para restaurar o governo democraticamente eleito no Haiti em 1994; para proteger operações humanitárias na Albânia em 1997 e para restaurar a segurança no timor Leste entre 1999 e 2006.

Em todos esses casos, o CSNU autorizou a formação de forças multinacionais sob a direção de certos países. Isso não representa operações de paz da ONU, que ocorrem com base no conjunto institucional de normativas da Organização (UN, 2021).

3.5 Operações de paz da ONU

Com base nos capítulos VI e VII, as operações de paz podem ser definidas como operações de campo que envolvem contingente militar de outros países para cumprirem mandatos voltados à manutenção da paz e da segurança internacional.

O mandato de uma operação de paz determina as tarefas a serem desempenhadas para alcançar o objetivo estabelecido (UN, 2021). Ao longo das últimas décadas, as operações de paz se expandiram. Hoje, atuam em diversas regiões do mundo. O Art. 43 determina como a ONU terá à sua disposição as forças armadas.

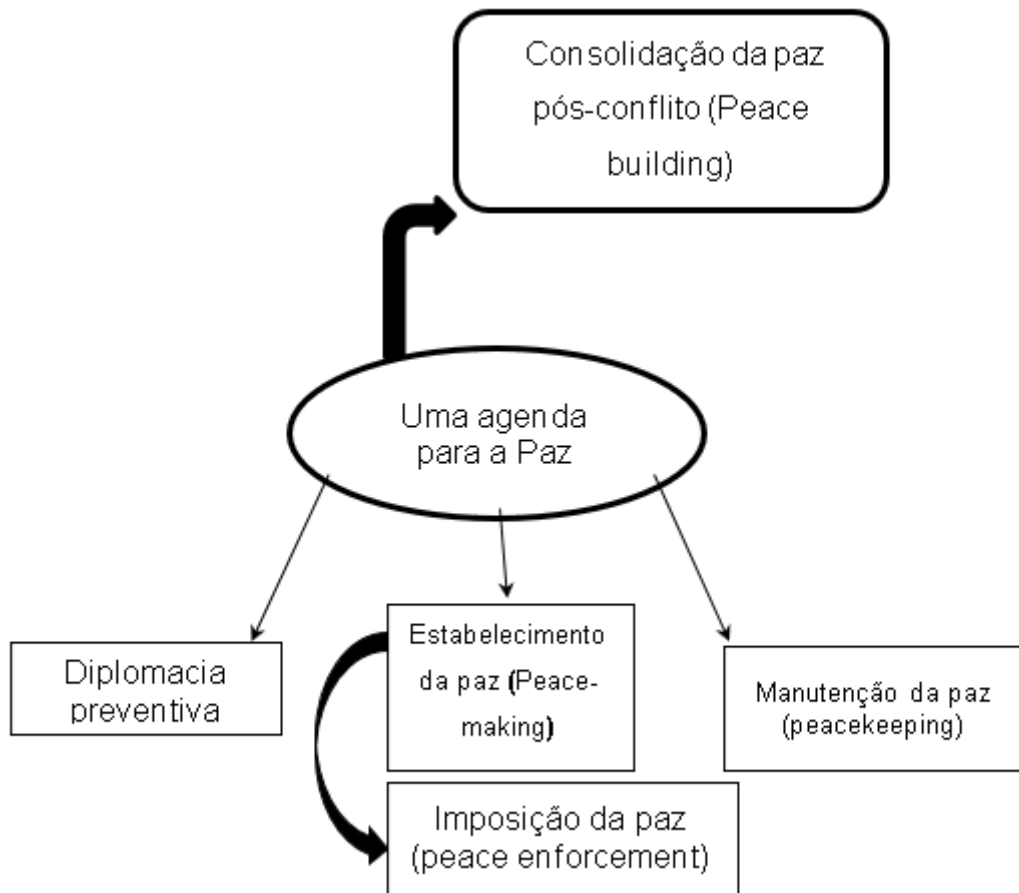
A Carta de São Francisco não previu a possibilidade de criação de operações de paz. Logo, elas são justificadas pela combinação dos Capítulos VI e VII (Aguilar, 2014).

Em 1992, o secretário-geral Boutros Boutros-Ghali publicou o relatório intitulado “Uma agenda para a paz: Diplomacia preventiva, estabelecimento da paz e manutenção da paz” (Aguilar, 2014). A conjuntura da época foi marcada por mudanças nos cenários políticos, sociais e de segurança.

A diplomacia preventiva buscava evitar a escalada de conflitos, já a promoção da paz se baseia no emprego de meios pacíficos para alcançar um acordo de paz entre as partes hostis; a manutenção da paz constituiria na presença da ONU em campo, com consentimento das partes envolvidas para promover a paz. E a consolidação busca garantir uma paz duradoura que evita a reincidência de conflitos (UN, 2021).

A operação de paz da ONU na Síria ocorreu em 2012 (UNSMIS). Contudo, não foi, propriamente, uma missão de paz baseada nos pilares da agenda para ao objetivo (Aguilar, 2014). Trata-se de uma missão de observação aprovada pela resolução 2042, após diversas declarações do CSNU para que atitudes fossem tomadas para colocar fim à violência e o desrespeito aos direitos humanos. Foi determinado o envio de 30 observadores militares que tinham como objetivo observar e auxiliar o cessar-fogo na região. Contudo, não houve resultados concretos - o conflito continuou a acontecer e a quantidade de armas em áreas civis demonstrou ascensão (Aguilar, 2014).

Figura 9 - Objetivos da agenda para a paz



9 –

Fonte: Aguilar (2020).

3.6 Ações do CSNU na Síria

Os impasses para alcançar-se uma solução para a guerra civil síria são muitos, pois é necessário que os membros do Conselho de Segurança (CSNU) entrem em consenso para que um plano de ação seja estabelecido e providências sejam tomadas (Alkaff, 2016). Porém há uma falta de consenso entre os membros do órgão, principalmente os permanentes, visto o choque de interesse entre Rússia e EUA.

O poder de veto tem sido um dos responsáveis pela limitação da ONU em alguns assuntos de Segurança Internacional. Essa situação agrava a guerra civil síria, pois se trata de uma conjuntura extrema de crise humanitária. No entanto, as discordâncias entre os membros permanentes sobre como solucionar o conflito representa dificuldades para coordenar uma cooperação (Guimarães; Carvalho, 2017).

A Rússia busca proteger a Síria de resoluções que provoquem uma mudança de liderança e regime no território, pois isso pode representar uma maior presença ocidental na região.

Em 2011, logo que começou o conflito civil na Síria, o CSNU emitiu a declaração: *Presidential Statement*, que mostrava preocupação com a situação da guerra da Síria e condenava violações aos Direitos Humanos e solicitava o fim imediato de combate no país (Eminue; Dickson, 2013). Dessa forma, eram discutidos projetos de resolução que reprovavam as ações do governo sírio, mas houve e ainda há Estados que se opõe a algumas ações, como Rússia, que afirma que coação ou pressão ao governo Sírio representa interferência na soberania do Estado (Gefkins, 2012).

Mesmo com dificuldade na aprovação de resoluções, em 2012, a Rússia aceitou o Presidential Statement que requisitava o plano de paz e um cessar-fogo a todas as partes, mas não falava de mudança de regime ou nova eleição (Allison, 2013). Assim, o ano de 2012 foi marcado por outras tentativas da ONU de buscar soluções para o cessar-fogo no território sírio, para que civis recebessem assistência humanitária (Elling; Dennett, 2018).

A aprovação dessas resoluções mostrou que, mesmo com a discordância entre algumas potências, o CSNU buscava alcançar formas para que a paz fosse restaurada.

Em 2016, seis resoluções foram aprovadas: RES/2268, RES/2314, RES/2319, RES/2328, RES/2332 e RES/2333, que enfatizavam a condenação da utilização de armas químicas no conflito (Security Council Report - SCRS, 2021). Porém, mesmo com ações que buscavam condenar a guerra civil, países como a Rússia são contra intervenções na Síria. De forma geral, essas resoluções repudiam atos de violência, uso de armas químicas, mas não havia uma resolução para o conflito sírio.

Tabela 4 - Resoluções aprovadas no CSNU sobre a Guerra Civil síria (2012-2022)

Ano	Resolução	Vetos	Temas
Outubro de 2011	S/2011/612	Rússia e China	Reafirma a responsabilidade do governo sírio de proteger os civis. E destaca a necessidade de um processo político em prol da população.
Fevereiro de 2012	S/2012/77	Rússia e China	Demanda que o governo sírio coloque fim aos atos de violência.
Julho de 2012	S/2012/538	Rússia e China	Condena a continuidade dos atos de violência e uso de armas.
Mai de 2014	S/2014/348	Rússia e China	Enfatiza que os crimes cometidos no conflito devem ser investigados e uma solução deve ser encontrada.
Outubro de 2016	S/2016/846	Rússia	Condena os atos de violência e a atuação de grupos terroristas. Necessidade de trazer à justiça os culpados pelos atos.
Dezembro de 2016	S/2016/1026	Rússia e China	Demanda o cessar-fogo e o fim das hostilidades por todas as partes.
Fevereiro de 2017	S/2017/172	Rússia e China	Condena a utilização de armas químicas e ressalta a necessidade de investigar os atores envolvidos.
Abril de 2017	S/2017/315	Rússia	Condena a utilização de armas químicas.
Outubro de 2017	S/2017/884	Rússia	Requisitou que o Mecanismo de Investigação Conjunto realizasse relatórios para o CSNU sobre o uso de armas químicas.
Novembro de 2017	S/2017/962	Rússia	Condena o uso de armas químicas e a necessidade de lidar com os culpados.
Novembro de 2017	S/2017/970	Rússia	Decide renovar a atuação do Mecanismo de Investigação Conjunto na Síria.
Abril de 2018	S/2018/321	Rússia	Condena o uso de armas químicas no conflito.
Setembro de 2019	S/2019/756	Rússia e China	Expressa preocupação com as ações de grupos terroristas e condena ataques contra civis.
Dezembro de 2019	S/2019/961	Rússia e China	Enfatiza a necessidade de todas as partes envolvidas permitirem ajuda humanitária para os civis.
Julho de 2020	S/2020/654	Rússia e China	Enfatiza a necessidade de ajuda humanitária e condena os atos de violência.
Julho de 2020	S/2020/667	Rússia e China	Enfatiza que todas as partes têm obrigações e devem cumprir o Direito Internacional Humanitário.

Fonte: Security Council Report. Disponível em:

https://www.securitycouncilreport.org/un_documents_type/security-council-resolutions/?ctype=Syria&cbtype=syria. Acesso em: 17 outubro. 2023.

Tabela 5 - Resoluções aprovadas no CSNU sobre a Guerra civil síria (2012-2022)

Ano	Resolução
2012	<u>S/RES/2042</u>
	<u>S/RES/2043</u>
	<u>S/RES/2059</u>
2013	<u>S/RES/2118</u>
2014	<u>S/RES/2139</u>
	<u>S/RES/2191</u>
	<u>S/RES/2165</u>
	<u>S/RES/2170</u>
2015	<u>S/RES/2178</u>
	<u>S/RES/2235</u>
	<u>S/RES/2199</u>
	<u>S/RES/2209</u>
	<u>S/RES/2249</u>
	<u>S/RES/2054</u>
2016	<u>S/RES/2058</u>
	<u>S/RES/2268</u>
	<u>S/RES/2314</u>
	<u>S/RES/2319</u>
	<u>S/RES/2328</u>
2017	<u>S/RES/2332</u>
	<u>S/RES/2336</u>
2018	<u>S/RES/2393</u>
	<u>S/RES/2401</u>
2020	<u>S/RES/2449</u>
	<u>S/RES/2504</u>
2021	<u>S/RES/2533</u>
	<u>S/RES/2585</u>
2022	<u>S/RES/2642</u>

Fonte: Security Council Report (2023).

Figura 10 - Posição geográfica estratégica das bases das bases de Tartus (naval) e de Latakia (área) para a Rússia



Fonte: elaborado por Gonzaga (2017) com base em Mendes e Freire (2008) e Tomás (2014).

Em 2015, a Rússia realizou operações militares no território sírio e estabeleceu uma base naval ao sul de Latakia, ponto estratégico para as missões russas. O apoio russo envolveu o envio de forças militares a fim de retomar territórios e garantir a manutenção das forças do governo. Moscou informou que esse apoio direto a Síria tinha como finalidade buscar um governo reconhecido e legítimo (Kaim; Tamminga, 2015). Em 2016, as forças russas contribuíram para a retomada de Aleppo, o que não garantiu o fim da hostilidade, pois conflitos em Idlib e Hama continuaram (Maher; Pieper, 2020).

Figura 11 - Bases militares russas na Síria



Fonte: Geopolitics Mader Super. Imagem obtida pelo Google Earth.

Disponível em: <https://geopoliticsmadesuper.com>. Acesso em: 21 novembro. 2023.

A Rússia depende de pontos estratégicos no território sírio para manter sua influência na região do Oriente Médio. Como informa Gonzaga, há o projeto sírio-iraquiano, que conta com o apoio dos russos, visando a construção de um gasoduto para exportar gás iraniano e russo para a Europa. Assim, há vários investimentos feitos na região, que buscam melhorar a infraestrutura energética dos países e ampliar parcerias econômicas (Gonzaga, 2017)

Além de objetivos e projetos na área de infraestrutura, a Rússia permanece como importante aliado da Síria, pois manteve o apoio aéreo e terrestre para a retomada de territórios. Além disso, Moscou também propôs uma coalizão contra o ISIS e outros grupos terroristas considerados pelo governo sírio e pela Rússia (Czupersk *et al.*, 2016). No mesmo ano, Turquia, Rússia e Irã aprovaram uma declaração que buscava superar o cessar-fogo e alcançar um acordo entre a oposição e o governo sírio. Em dezembro de 2016, o acordo de cessar-fogo entrou em vigor, tendo como objetivo a participação das forças pró-governo e a oposição, menos

grupos extremistas. Esse acordo contribuiu para que a ajuda humanitária fosse garantida aos civis (Gonzaga, 2017).

Logo, os Estados estabelecem acordos com aqueles que compartilham de objetivos em comum ou que podem, de forma mútua, contribuir para que cada um alcance seus objetivos políticos e econômicos, sem alterar o *status quo*.

Uma outra ação da ONU foi em março de 2012, quando o CSNU, juntamente com a Liga árabe, aprovou a resolução 2042 com proposta de seis pontos ao governo sírio para solucionar o conflito sírio (Ferreira; Silva, 2023). Entre eles, destacam-se:

- 1) Compromisso de trabalhar com o enviado pela ONU em um processo político inclusivo liderado pela Síria;
- 2) Parar os conflitos e cessar o uso de armas;
- 3) Garantir assistência humanitária a todas as áreas afetadas pelo conflito.

Logo, é notório que, mesmo com todas as dificuldades, os Estados membros do CSNU, juntamente com outras organizações internacionais buscam alcançar uma solução conjunta e pacífica para a guerra civil na Síria e, assim, normalizar o cenário doméstico em Moscou e no Oriente Médio. Dessa forma, os pontos debatidos nessa resolução precisam atender às demandas dos Estados membros e seus interesses divergentes. Isso demanda muito esforço, pois há várias discordâncias no âmbito político, geográfico e econômico entre os Estados membros do órgão.

O Impasse de atuação do CSNU em atuar de modo efetivo perante a guerra civil síria mostra que os interesses dos Estados acabam se sobrepondo aos princípios das Nações Unidas e aos objetivos do próprio Conselho, o que faz com que muitos questionem a efetividade do órgão em garantir de modo eficaz a paz e a segurança internacionais, em um cenário com participação de cada vez mais agentes múltiplos, como Estados, Organizações não governamentais e agentes da sociedade civil (Ferreira, Silva, 2023).

Essa falta de engajamento e atuação tem como uma de suas causas o fato de o CSNU vetar a participação de todos os Estados membros das Nações Unidas. Isso tem como consequência o debate de questões de uma forma limitada, sendo poucos Estados envolvidos no debate. Logo, apesar da resolução 2042, a atuação do órgão

acaba ficando instrumentalizada pelos objetivos geopolíticos das grandes potências e a solução efetiva para a crise acaba sendo prorrogada (Aguilar, 2014).

Em 2012, após várias declarações do CSNU em conjunto com o governo de Bashar al-Saad, ações efetivas para solucionar o conflito sírio começaram a ser tomadas. Assim, em cooperação com o governo sírio, o CSNU decide autorizar a deposição de 30 observadores militares não armados para iniciar o processo de cessação do conflito; logo, houve espaço para a aprovação da RES.2043, que estabeleceu por 90 dias uma missão de supervisão na Síria (UNSMIS) sob o comando de um chefe militar observador e a implantação de 300 militares observadores não armados (Aguilar, 2014).

Figura 12 – Definição da UNSMIS

Details	
Title	Security Council resolution 2043 (2012) [on the establishment of a UN Supervision Mission in the Syrian Arab Republic (UNSMIS)]
Agenda	S/67 [222] SYRIAN ARAB REPUBLIC SITUATION
Resolution	S/RES/2043(2012)
Meeting record	S/PV.6756
Draft resolution	S/2012/245
Vote summary	Voting Summary Yes: 015 No: 000 Abstentions: 000 Non-Voting: 000 Total voting membership: 015
Vote date	2012-04-21
Vote	Y AZERBAIJAN Y CHINA Y COLOMBIA Y FRANCE Y GERMANY Y GUATEMALA Y INDIA Y MOROCCO Y PAKISTAN Y PORTUGAL Y RUSSIAN FEDERATION Y SOUTH AFRICA Y TOGO Y UNITED KINGDOM Y UNITED STATES

Fonte: United Nations Digital Library. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/726287?ln=en>. Acesso em: 03 março. 2024.

Percebe-se que, nem no processo de adoção da resolução 2042 ou da resolução 2043 houve voto contrário de nenhum membro permanente ou membro não permanente do CSNU.

Contudo, o conflito sírio se escalou, colocando a vida de milhares de pessoas em risco. Nesse contexto, em 2012, o CSNU decidiu, por meio da Res.2059, em

estender o mandato da UNSMIS em uma última tentativa de pacificar as tensões; entretanto, o conflito, como se sabe, continua até os dias atuais, sem uma solução (Gonzaga, 2014).

Figura 13 - Resolução 2059

Resolution 2059 (2012)

Adopted by the Security Council at its 6812th meeting, on 20 July 2012

The Security Council,

Commending the efforts of the United Nations Supervision Mission in Syria (UNSMIS),

1. *Decides to renew the mandate of UNSMIS for a final period of 30 days, taking into consideration the Secretary-General's recommendations to reconfigure the Mission, and taking into consideration the operational implications of the increasingly dangerous security situation in Syria;*

2. *Calls upon the parties to assure the safety of UNSMIS personnel without prejudice to its freedom of movement and access, and stresses that the primary responsibility in this regard lies with the Syrian authorities;*

3. *Expresses its willingness to renew the mandate of UNSMIS thereafter only in the event that the Secretary-General reports and the Security Council confirms the cessation of the use of heavy weapons and a reduction in the level of violence by all sides sufficient to allow UNSMIS to implement its mandate;*

4. *Requests the Secretary-General to report to the Council on the implementation of this resolution within 15 days;*

5. *Decides to remain seized of the matter.*

Fonte: United Nations Digital Library. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/731340?ln=en>. Acesso em: 03 março. 2024.

Nota-se que essa decisão não teve nenhum voto contrário e nenhuma abstenção, o que mostra, neste caso, a convergência na tomada de decisões entre os países membros do CSNU. Assim, verifica-se que, quando é interesse dos Estados de negociar em conjunto propostas para que alguma questão seja resolvida, o sistema de funcionamento do CSNU mostra sua efetividade e capacidade em resolver conflitos sem grandes perdas de capital ou de recursos humanos.

Portanto, a resolução 2059 mostra que, por meio do diálogo e de recursos diplomáticos, é possível alcançar acordos para alcançar uma solução que acabe com

crises humanitárias de maneira plena e, assim, possa contribuir para o fim da falta de segurança, tornando possível o retorno de indivíduos a seus países de origem.

4 CONCLUSÃO

Diante dos fatos expostos neste trabalho, é possível concluir que houve, de fato, diversas tentativas pelo CSNU e pela própria Organização das Nações Unidas de chegar a uma solução para acabar com o conflito. Entretanto, as poucas operações que o CSNU conseguiu realizar não foram suficientes para colocar fim às hostilidades.

A guerra civil na Síria é um conflito armado com o envolvimento de múltiplos atores estatais e não estatais que usam da violência para defender seus interesses. Isso faz que a crise humanitária se torne cada vez mais crítica, com o deslocamento de dezenas de pessoas todos os anos.

A ONU é responsável por enviar ajuda humanitária aos civis, mas não houve muitas ações para solucionar o caso de forma efetiva. Essa ação da ONU ficou limitada, pois não houve consenso sobre a situação no Conselho de Segurança, ademais, o que faz que o processo de tomada de decisões do CSNU acabe dificultando uma solução efetiva. Nenhum membro permanente pode votar contra uma decisão, caso contrário, não será aprovada. A parceria síria com a Rússia, e a inimizade com os EUA, membros dos CSNU, dificultam ações assertivas.

Os desdobramentos internos, as coligações sírias com Rússia, Irã, Iraque e Hezbollah e a recusa de Assad de sair do poder tornam o conflito de difícil resolução. Assim, é possível perceber que os Estados priorizam a soberania aos próprios civis, que são os que mais sofrem com o conflito, como mostrado no trabalho.

O posicionamento russo no CSNU é de apoiar o governo de Bashar Al Saad. No cenário Internacional, um dos objetivos de Moscou é de se consolidar como ator central e independente e, para alcançar seus objetivos, precisa fortalecer suas alianças com os aliados. Além disso, a Rússia tem interesses econômicos no petróleo e gás natural, além da região dar acesso a rotas para venda de energia.

Com isso, dada as proporções inestimáveis que essa guerra civil causou, é necessário que o governo sírio, os países em torno da Síria e a comunidade

internacional- como ONU, EUA, Rússia e China - estejam dispostos a fazer um plano efetivo para colocar fim, de uma vez por todas, no conflito e iniciar uma política de reestruturação da Síria para garantir com que a população volte ao seu território e tenha condições econômicas e sociais de estabelecerem uma vida digna. Ao alcançar esse objetivo, o CSNU solucionaria, por meio de recursos humanos e diplomáticos, o conflito sírio de forma efetiva e ajudaria na promoção da paz e segurança na região.

Mesmo vetando resoluções que buscam colocar a responsabilidade em Bashar-al-Assad, Moscou não deixou de buscar alternativas para o caso sírio, como, por exemplo a aprovação de algumas resoluções para o cessar-fogo a fim de que os civis pudessem receber ajuda humanitária. Houve também iniciativas lideradas pelos EUA e pela Rússia, fora do âmbito do CSNU e da ONU, contra o ISIS e outros grupos radicais na Síria.

Dessa forma, a atuação do CSNU na guerra civil da Síria ficou limitada à aprovação de algumas ações, sobretudo de ajuda humanitária. Várias das resoluções aprovadas buscaram condenar o uso de armas químicas, mas apenas destacam as violações aos direitos humanos, sem ter ação efetiva para colocar fim ao conflito. Nesse contexto, a Rússia ainda apoia o governo de Bashar al-Saad, pois a permanência do mesmo no poder é fundamental para Moscou conseguir ter influência nessa região do Oriente Médio e se destacar na geopolítica internacional.

Portanto, é necessário que os países formem um plano concreto para o fim do conflito e atendam parte das demandas dos diferentes grupos étnicos e religiosos na região. Também é fundamental que o suporte e financiamento a grupos rebeldes diminua, pois estes só aumentam a tensão na região e fazem que a crise humanitária seja intensificada cada vez mais. Logo, mesmo com algumas resoluções e negociações, o CSNU precisa tomar medidas efetivas para que seus membros se unam em prol do bem da humanidade e esse conflito se encerre.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUILAR, Sérgio L. C. A Guerra Síria, o Oriente Médio e o Sistema Internacional. **Observatório de Conflitos Internacionais (OCI)**, Marília, v. 1, nº6. Dez/2014. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/Extensao/observatoriodeconflitosinternacionais/a-guerra-civil-siria-final.pdf>. Acesso em: 13 junho. 2023.

ALBUQUERQUE, Mariana; Valente, Leonardo. Da Discrição ao Ativismo: O Novo Papel da China no Conselho de Segurança da ONU. **SciELO - Scientific Electronic Library Online**, Rio de Janeiro, mai/ago. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cint/a/bL5cdgxnYPdqQSnXXR9ryMM/?lang=pt#>. Acesso em: 13 junho. 2023.

BRASIL. Lei Nº 13.445, de 24 de maio de 2017. Dispõe sobre os direitos e os deveres do migrante e do visitante, regula a sua entrada e estada no País e estabelece princípios e diretrizes para as políticas públicas para o emigrante. Brasília, DF: **Diário Oficial da União**, 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2017/lei/l13445.html. Acesso em: 13 junho. 2023.

BUZETTO, Marcelo. A Batalha da Síria e a nova geopolítica do Oriente Médio. **Revista Novos Rumos**, mai. 2019 [p. 1 a 18]. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/novosrumos/article/view/9052/5754>. Acesso em: 13 junho. 2023.

CAMPOS, Lucien Vilhalva de. **A guerra civil na Síria e seus refugiados: uma reflexão sobre a atuação do alto comissariado nas Nações Unidas para os refugiados (ACNUR)**. 2013, 65 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade do Sul de Santa Catarina, Santa Catarina, 2013. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/items/7cb33222-ec42-47bc-8668-dab522ac018a/full>. Acesso em: 13 junho. 2023.

CARVALHO, Patrícia Nasser de; GUIMARÃES, Fernanda. A Atuação do Conselho de Segurança das Nações Unidas na Guerra Civil Síria - conflitos de interesse e impasses entre os P5 e a consequente falta de resolução para a questão. **AUSTRAL - Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, v 6, n.12, Jul./Dez. 2017 [p. 66 a 83]. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Patricia-Nasser-De-Carvalho/publication/331181749-A-Atuacao-do-Conselho-de-Seguranca-das-Nacoes-Unidas-na-Guerra-Civil-Siria-conflitos-de-interesse-e-impasses-entre-os-P5-e-a-consequente-falta-de-reso>

[lucao para a questao-paginas-166-83/links/5c6b412492851c1c9dea9a34/A-Atuacao-do-Conselho-de-Seguranca-das-Nacoes-Unidas-na-Guerra-Civil-Siria-conflitos-de-interesse-e-impasses-entre-os-P5-e-a-consequente-falta-de-resolucao-para-a-questao-paginas-1-66-83.pdf](https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/ensino_e_pesquisa/defesa_academia/cadn/artigos/xiv_cadn/aa_guerra_civil_na_siria.pdf). Acesso em: 13 junho. 2023.

CISCOTTO, Renato Moreira; CORREA, Flávio Barros; PEIXOTO, Diego Madureira; SANTOS, Walter Augusto Manhães dos; SOUZA, Carlos Eduardo Cardoso. A Guerra Civil na Síria: atores internos, jogos de poder e possíveis reflexos para o Brasil a partir da situação dos refugiados desse conflito, ANO. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/ensino_e_pesquisa/defesa_academia/cadn/artigos/xiv_cadn/aa_guerra_civil_na_siria.pdf. Acesso em: 25 julho. 2023.

CORRÊA, Fernanda; DELGADO, Fernanda. s novos corredores energéticos e a Guerra Civil na Síria: velhos e novos atores. **Cadernos FGV Energia**, Abr. 2018 [p. 1 a 12]. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/8bb1ce37-b3ed-4206-bb1e-f922f2561156/content>. Acesso em: 25 julho. 2023

CRISE na Síria e seus impactos são debatidos por presidente da Comissão de Investigação da ONU e alunos da FGV. **FG Direito Rio**, 18 fev. 2014. Disponível em: <https://direitorio.fgv.br/noticia/crise-na-siria-e-seus-impactos-sao-debatidos-por-presidente-da-comissao-de-investigacao-da>. Acesso em: 25 julho. 2023..

[DUARTE, João Paulo Gusmão P. Problematizando a Responsabilidade de Proteger: Guerra Civil na Síria e o novo dispositivo jurídico-militar de segurança internacional. Boletim Meridiano 47, vol. 14, n. 137, mai.-jun.2013 \[p. 35 a 40\]. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/4723/4308](https://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/4723/4308). Acesso em: 25 julho. 2023.

DUARTE, João Paulo Gusmão P. Responsabilidade de proteger e a Guerra Civil na Síria. *In*: 4º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais, Faculdade Santa Marcelina, 22 a 26 de julho de 2013, Belo Horizonte. Disponível em: http://www.encontronacional2013.abri.org.br/resources/anais/20/1367199493_ARQUIVO_ArtigoABRI-PUCBH.pdf. Acesso em: 25 julho. 2023.

FUJII, William. O Estado Islâmico e o xadrez geopolítico dos conflitos na Síria e no Iraque. *In*: III Semana de Ciência Política, Universidade Federal de São Carlos, 27 a 29 de abril de 2015, São Carlos. Disponível em: https://www.academia.edu/16996889/O_Estado_Isl%C3%A2mico_e_o_xadrez_geopol%C3%ADtico_dos_conflitos_na_S%C3%ADria_e_no_Iraque. Acesso em: 25 julho. 2023.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (org.). **Métodos de Pesquisa**. Rio Grande do Sul: UFRGS Editora, 2009. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>. Acesso em: 25 julho. 2023.

GONÇALVES, A. C.; SOCHACZEWSKI, M. Intervenção na Líbia e Primavera Árabe: interpretações Possíveis. **Coleção Meira Mattos: Revista das Ciências Militares**, v.

9, n. 36, p. 769-780/781, 23 dez. 2015. Disponível em: <https://ebrevistas.eb.mil.br/RMM/article/view/528/624>. Acesso em: 25 julho. 2023..

IPI - International Peace Institute. **Regionalism and Regionalization in the Middle East: Options and Challenges**. EUA. IPI, 2013. 12 p. Disponível em: https://www.ipinst.org/wp-content/uploads/publications/ipi_e_pub_regionalism_me.pdf. Acesso em: 25 julho. 2023.

ISRAEL and Syria exchange prisoners in Russia-brokered agreement. **France 24**, 19 fev. 2021. Disponível em: https://www.france24.com/en/middle-east/20210219-israel-and-syria-exchange-prisoners-in-russia-brokered-agreement?utm_campaign=diario_de_noticias_379&utm_medium=email&utm_source=RD+Station. Acesso em: 10 agosto. 2023.

JÚNIOR, Edgar. Conselho de Segurança debate implementação de resoluções na Síria. **ONU News**, 21 dez. 2015. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2015/12/1535741>. Acesso em: 10 agosto. 2023.

JUNSKOWSKI, Bruna Letícia. **Síria: Histórias da Guerra**. 2017. 76 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação Social) - Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/48585>. Acesso em: 10 agosto. 2023.

KHOURI, Rami G. The implications of the syrian war for new regional orders in the middle east. **MENARA Working Papers**, local, n.12, Set/2018 [p. 1-18]. Disponível em: https://www.iai.it/sites/default/files/menara_wp_12.pdf. Acesso em: 10 agosto. 2023.

LÉON, Jorge Orbe. La guerra civil en Siria y la geopolítica mundial. **Publicadora**, Local, n., p., ano. Disponível em: <https://afese.com/img/revistas/revista58/querrasiria.pdf>. Acesso em: 10 agosto. 2023.

LUCENA, Gleydson Gonzaga de. **A geopolítica da Guerra Civil Síria e suas implicações para o Brasil**. 2017. xvii, 146 f., il. Dissertação (Mestrado em Geografia)—Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: <http://icts.unb.br/jspui/handle/10482/31598>. Acesso em: 10 agosto. 2023.

NAKASIMA, Marcio Ricardo. Compreendendo a “Guerra Fria Islâmica” no contexto atual geopolítico. Disponível em: <https://repositorio.uninter.com/bitstream/handle/1/300/1357874%20-%20MARCIO%20RICARDO%20NAKASIMA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 agosto. 2023.

PRIMAVERA Árabe continua viva? Dez anos depois, uma 2ª onda de revoltas. **UOL**, 30 de nov. 2020. Internacional. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2020/11/30/primavera-arabe-continua-viva-dez-anos-depois-uma-segunda-onda-de-revoltas.htm>. Acesso em: 15 setembro. 2023.

ROBERTO, Wilian Moraes. **A política externa do Irã e o impacto do conflito na Síria: alterações geopolíticas regionais e a estratégia iraniana**. 2015, 82 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2015. Disponível em:

<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/140630/000989028.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 15 setembro. 2023.

ROBERTO, Wilian Moraes; VISENTINI, Paulo Fagundes. As consequências da crise na Síria para o Irã: impactos para sua estratégia regional e no eixo de resistência. **Brazilian Journal of Internacional Relations (BJIR)**, Marília, v. 4, n. 1, p. 71-91, jan/abr. 2015. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjir/article/view/3658/3573>. Acesso em: 15 setembro. 2023.

ROSENBROCK, Ingrid. **A guerra civil da Síria: desdobramentos para as relações internacionais**. 2015. 102 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade do Sul de Santa Catarina, Florianópolis, 2015. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstreams/03897887-aebb-4fc7-87e8-180653f37236/download>. Acesso em: 15 setembro. 2023.

SALAMEH, Zena. **A fragmentação como legado colonialista na Síria**. 2016, 61 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Centro Universitário de Brasília – UniCEUB, Brasília, 2016. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/235/9189/1/21263085.pdf>. Acesso em: 15 setembro. 2023.

SANFELICE, Guilherme Tasso Dantas. **As interferências externas no Regime de Bashar al-Assad e suas contribuições para o prolongamento da Guerra Civil na Síria**. 2018, 63 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Militares) - Escola de Comando e Estado-maior do Exército - Escola Marechal Castello Branco, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/3874/1/MO%205971%20-%20SANFELICE.pdf>. Acesso em: 15 setembro. 2023.

SLOBODA, Pedro Muniz Pinto. **O combate ao Estado Islâmico e o uso da força no Direito Internacional Contemporâneo**. In: Florisbal de Souza Del’Olmo; Valesca Raizer Borges Moschen. (Org.). *Direito Internacional*. 1ed. Florianópolis: Conpedi, 2015, v. 1, p. 1-15. Disponível em: https://iusgentium.ufsc.br/wp-content/uploads/2017/03/O_COMBATE_AO_ESTADO_ISLAMICO_E_O_USO_DA.pdf. Acesso em: 27 setembro. 2023.

SOARES, João Victor Scomparim. A Guerra Civil na Síria: atores, interesses e desdobramentos. **Observatório de Conflitos Internacionais (OCI)**, Marília, Fev/2018, v. 5, n. 1, p. 1-8. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/Extensao/observatoriodeconflitosinternacionais/serie---a-guerra-civil-na-siria---atores-interesses-e-desdobramentos.pdf>. Acesso em: 27 setembro. 2023.

SOUZA, Iana Carolina Perea Ribeiro de. **Análise da atuação do Conselho de Segurança das Nações Unidas nos conflitos Líbio e Sírio**. 2019. 28 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/26338/3/An%c3%a1liseAtua%c3%a7%c3%a3oConselho.pdf>. Acesso em: 27 setembro. 2023.

SRC – Security Council Report. UN Documents for Syria: Security Council Resolutions. Disponível em: https://www.securitycouncilreport.org/un_documents_type/security-council-resolutions/?ctype=Syria&cbtype=syria Acesso em: 27 setembro. 2023.

SYRIA marks 10 years since uprising began. **Al Jazeera**, 15 mar. 2021. Disponível em: https://www.aljazeera.com/news/2021/3/15/syrians-mark-10-years-since-uprising-broke-out?utm_campaign=diario_de_noticias_394&utm_medium=email&utm_source=RD+Station. Acesso em: 15 novembro. 2023.

SYRIAN displacement poses ‘serious threat’ to Lebanon’s development goals, President tells UN Assembly. **ONU News**, 21 set. 2019. Migrants and Refugees. Disponível em: https://www.securitycouncilreport.org/un_documents_type/security-council-resolutions/?ctype=Syria&cbtype=syria. Acesso em: 27 setembro. 2023.

UNITED NATIONS DIGITAL LIBRARY. Security Council Resolution. **Resolution 2042 (2012), on 14 April 2012**. On authorization of the deployment of an advance team of up to 30 unarmed military observers to the Syrian Arab Republic. New York: Security Council Resolution, 2014. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/725375?ln=en>. Acesso em: 15 novembro. 2023.

UNITED NATIONS DIGITAL LIBRARY. Security Council Resolution. **Resolution 2043 (2012), on 14 April 2012**. On the establishment of a UN Supervision Mission in the Syrian Arab Republic (UNSMIS). New York: Security Council Resolution, 2014. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/726287?ln=en>. Acesso em: 15 novembro. 2023.

UNITED NATIONS DIGITAL LIBRARY. Security Council Resolution. **Resolution 2059 (2012), on 20 July 2012**. On renewal of the mandate of the UN Supervision Mission in the Syrian Arab Republic (UNSMIS) for a final period of 30 days. New York: Security Council Resolution, 2014. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/731446?ln=en>. Acesso em: 15 novembro. 2023.

ZAHREDDINE, Danny. A Crise na Síria (2011-2013): uma análise multifatorial. **Revista Conjuntura Austral**, Porto Alegre, v. 4, nº. 20, Out. Nov/2013. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/ConjunturaAustral/article/view/43387/27333>. Acesso em: 15 novembro. 2023.